



**LISBOA  
SCHOOL OF  
ECONOMICS &  
MANAGEMENT**

**DOUTORAMENTO EM SOCIOLOGIA ECONÓMICA E DAS ORGANIZAÇÕES**

## ***Crise do Trabalho: Bênção ou Maldição?***

**Uma análise crítica à luz das teorias de André Gorz e  
da Nova Crítica do Valor**

---

Projeto de Tese de Doutoramento

Nuno Miguel Cardoso Machado

Orientador: Prof. Dr. João Carlos de Andrade Marques Graça  
(ISEG-UL/SOCIUS)

Junho/2014

# Índice

<b>1. Introdução</b>	
<b>1.1 A crise do trabalho</b>	3
<b>1.2 Pertinência do tema e dos autores a serem estudados</b>	5
<b>2. Objetivos da Investigação</b>	
<b>2.1 Pergunta de partida</b>	6
<b>2.2 Objetivos gerais e específicos</b>	6
<b>3. Estado da Arte</b>	
<b>3.1 Análise histórica e antropológica dos conceitos de economia e de trabalho</b>	8
<b>3.2 A Crise do Fordismo: Sociedade Pós-Industrial e Revolução Microeletrónica</b>	9
<b>3.3 A “Crítica da Economia Política” de Karl Marx</b>	10
<b>3.4 A teoria de André Gorz</b>	12
<b>3.5 Os precursores da Nova Crítica do Valor</b>	14
<b>3.6 A Nova Crítica do Valor</b>	17
<b>3.6.1 Jean-Marie Vincent</b>	18
<b>3.6.2 Moishe Postone</b>	19
<b>3.6.3 Robert Kurz</b>	20
<b>3.6.4 Análise comparativa dos autores</b>	22
<b>4. Metodologia</b>	
<b>4.1 Sociologia das Ideias e História das Ideias</b>	24
<b>4.2 A pertinência da abordagem teórica</b>	25
<b>4.3 Em defesa da Teoria Crítica, ou o capitalismo como metafísica real</b>	26
<b>5. Cronograma</b>	29
<b>6. Referências Bibliográficas</b>	30

“Le travail est depuis longtemps objet d'étude, mais il fait partie de ces objets récalcitrants qui se dérobent alors même qu'on croit les cerner.”

Jean-Marie Vincent

## 1 – Introdução

### 1.1 – A crise do trabalho

O desemprego assume-se como um dos problemas sociais mais marcantes do início do século XXI (cf. Grupo de Lisboa, 2002: 68ss). O tema domina a vida política contemporânea, os debates televisivos e os diversos fóruns de discussão promovidos pela sociedade civil. Na OCDE, a taxa de desemprego situava-se nos 7,4% em Abril de 2014, o que correspondia a 45 milhões de pessoas desempregadas (mais 10,5 milhões do que em Julho de 2008) [cf. OCDE, 2014], enquanto na União Europeia e na Zona Euro, em Abril de 2014, era de 10,4% (25,471 milhões de pessoas) e 11,7% (18,751 milhões de pessoas), respetivamente (cf. Eurostat, 2014). Em Portugal, a taxa de desemprego atingiu máximos históricos no 1º trimestre de 2013, situando-se nos 17,7%, ou seja, 952 mil pessoas (a que acrescem os 261 mil “inativos disponíveis”) [cf. INE, 2013]. No primeiro trimestre de 2014 a taxa de desemprego em Portugal situava-se nos 15,1%, ou seja, 788 mil pessoas (a que acrescem os 276,6 mil “inativos disponíveis”) [cf. INE, 2014].

Apesar da ligeira descida das taxas de desemprego nos últimos meses em alguns países, nomeadamente em Portugal, o desemprego continua a ser o problema mais premente da (pós-)modernidade capitalista. O busílis da questão é que o desemprego não parece ser mais o reflexo de uma “crise conjuntural”, plenamente ultrapassável tão logo se obtenha uma “retoma do crescimento económico”. Pelo contrário, parece estar-se perante uma crise *estrutural* do próprio trabalho, quer enquanto fator primordial do processo de produção, quer enquanto fator de integração social e de afirmação identitária dos indivíduos (cf. Aznar, 1990; De Masi, 2000; Forrester, 2001; Mèda, 1998; Rifkin, 1995).

A chamada Terceira Revolução Industrial – inaugurada pela revolução microeletrónica – permitiu um aumento exponencial da produtividade e da racionalização e está na raiz do problema (cf. Gorz, 1989; Rifkin, 1995, 2011). Doravante são precisas quantidades cada vez menores de trabalho para produzir uma massa crescente de bens e serviços (cf. Kurz, 1999). O que, à primeira vista, poderia ser um aspeto positivo, permitindo uma redistribuição do trabalho e a redução das horas trabalhadas por cada indivíduo (Keynes [1999/1930], por exemplo, antevia a possibilidade futura de o trabalho individual não exceder as três horas diárias), tornou-se contudo numa espécie de pesadelo.

Aqueles que permanecem empregados trabalham cada vez mais horas e mais intensamente (cf. Basso, 2003; De Grazia, 1994/1962) e um grande número está sujeito a formas de emprego atípicas marcadas pela flexibilidade, instabilidade e precariedade (cf. Castel, 2003; Kovács, 2002; Sennett, 2007). Por seu turno, o crescente número de desempregados – excedentários ou supérfluos face às necessidades produtivas – enfrenta o perigo iminente de pobreza e da pura e simples exclusão social. Já nos anos 80, o economista Wassily Leontief alertava para o perigo de nos encontrarmos subitamente no “Paraíso”:

“[C]om todos os bens e serviços produzidos sem trabalho, ninguém estaria empregado lucrativamente. Estar desempregado significa não receber qualquer salário. Como consequência, até que novas políticas apropriadas de rendimentos fossem formuladas para responder à transformação das condições tecnológicas, toda a gente iria morrer de fome no Paraíso.” (Leontief, 1986: 372)

Estamos, deste modo, perante uma encruzilhada. A crise do trabalho pode revelar-se pior do que a maldição Bíblica: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”. Pois numa altura em que o “suor do teu rosto” se torna supérfluo, simplesmente não comerás pão nenhum! Mas um outro caminho é possível, se a sociedade for capaz de aproveitar os enormes potenciais de produção de riqueza criados sob o capitalismo e de pensar coletivamente uma outra vida para além do trabalho. Uma organização racional dos destinos da humanidade poderá tornar o fim do trabalho numa verdadeira bênção, libertando uma torrente de tempo disponível que será a verdadeira medida da riqueza da vida dos indivíduos.

É neste contexto que se insere esta proposta de investigação. O seu objetivo é contribuir para um entendimento aprofundado da crise do trabalho e, além disso, procurar pistas para uma solução emancipatória dessa mesma crise. Esta análise será efetuada à luz das teorias de André Gorz e dos três principais autores da denominada “Nova Crítica do Valor” (cf. Jappe, 2006): Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz.<sup>1</sup>

Será um estudo de cariz assumidamente teórico, descritivo e analítico. Isto porque, relembando a conceção Kuhniana (cf. Kuhn, 1992), julgo que os paradigmas teóricos vigentes nas ciências sociais não são capazes de explicar adequadamente a crise do trabalho.<sup>2</sup> Em particular, a teoria do valor *subjetiva* baseada na “utilidade marginal” ou nas “preferências dos consumidores” – popularizada pela Escola Austríaca e que a Sociologia Económica tomou acriticamente de empréstimo à *mainstream economics* –, parece-me ser incapaz de explicar as crises económicas e sociais das últimas décadas. Neste sentido, o período de “ciência normal”, isto é, de análise das particularidades e dos pormenores infinitesimais da realidade (neste caso, do trabalho), terá de dar lugar ao período de “ciência extraordinária” ou “revolucionária”: é preciso uma mudança urgente de paradigma teórico. E como refere Gorz,

“Ao contrário da lenda, as novas teorias quase nunca nascem da observação empírica. Pelo contrário: as grandes «descobertas» resultam frequentemente da invenção de novas teorias. É graças a estas últimas que determinados fatos são iluminados subitamente e adquirem uma importância capital, fatos que, até ao aparecimento da nova teoria, mesmo quando olhavam o observador nos olhos, eram excluídos do campo de observação e julgados insignificantes.” (Gorz, 1985: 81-82)

Acredito que, no que se refere à crise do trabalho, a Nova Crítica do Valor pode ser a “nova teoria” de que fala Gorz. No contexto da Nova Sociologia Económica (cf. Graça, 2005) esta investigação assume uma maior relevância, dado que a inexistência de um quadro teórico abrangente é justamente a principal lacuna da disciplina (cf. Swedberg, 2006). Em jeito de polémica, gostaria de sugerir que a Nova Crítica do Valor, ao recuperar o conceito de totalidade da Escola de Frankfurt – e, por conseguinte, uma análise

---

<sup>1</sup> Nos pontos 3.4 e 3.6 apresentarei as linhas gerais do edifício conceptual e teórico destes autores.

<sup>2</sup> Como explicitarei no ponto 4, existem também razões de índole metodológica que justificam um estudo *exclusivamente* teórico. A natureza *sui generis* do objeto de estudo – a sociedade capitalista – impõe um método investigação igualmente excepcional.

*macrossocial* –, poderá assumir-se como a teoria de longo alcance que a Nova Sociologia Económica ainda não possui.

## 1.2 – Pertinência do tema e dos autores a serem estudados

Como demonstrou Hannah Arendt, o capitalismo é, historicamente, a primeira “sociedade do trabalho” (cf. 1998/1958). Com efeito, todos nós sabemos que uma das primeiras perguntas que se costuma fazer a uma criança é: “o que é que queres ser quando fores grande?”. Esta pergunta aparentemente inocente, culturalmente instituída, ilustra o fato elementar de que na sociedade capitalista o *ser*, i.e., a existência de um indivíduo é indissociável da sua faceta de trabalhador. Ele é médico ou carpinteiro ou investigador; a sua identidade pessoal é largamente definida por aquilo que *faz*, pelo seu emprego (cf. Kovács, 2002). A crise do trabalho representa, pois, uma crise da identidade individual.

Para além desta dimensão cultural, o trabalho possui obviamente uma dimensão económica extremamente importante. Numa sociedade mercantil, o trabalho/emprego é a principal fonte dos direitos sociais e económicos dos indivíduos, uma vez que eles precisam de dinheiro para satisfazer a maior parte das suas necessidades e o trabalho é uma condição indispensável para receber um salário. Na ausência de um emprego, a própria subsistência individual fica ameaçada.

Todavia, esta dimensão económica não se reflete apenas a um nível individual. Como explicarei mais à frente, esta investigação será norteada pela teoria do valor-trabalho de Karl Marx. Segundo Marx, apenas o trabalho produz valor (económico), uma forma de riqueza abstrata e historicamente específica. Neste sentido, o trabalho é indispensável para a acumulação de capital ou, dito em linguagem mais comum, para o “crescimento económico”. O trabalho é a “substância” do capital (cf. Kurz, 2004). A crise do trabalho coloca portanto em risco a reprodução da sociedade capitalista.

Tendo em conta os elementos que acabei de elencar, creio que a pertinência do tema escolhido – a crise do trabalho – fica demonstrada.

Passarei agora à justificação dos autores escolhidos. André Gorz é um dos autores mais importantes no debate sociológico contemporâneo acerca da crise da “sociedade do trabalho” (cf. Gollain, 2000). Embora nunca tenha trilhado os caminhos da ortodoxia, é um autor sobejamente conhecido e que já adquiriu o seu espaço no panteão académico enquanto figura respeitável ou, pelo menos, tolerável.

Para além da importância reconhecida da sua teoria, duas outras razões presidiram à minha escolha de André Gorz. Em primeiro lugar, o autor é um dos precursores da Nova Crítica do Valor (cf. Jappe, 2006). Gorz era amigo pessoal de Jean-Marie Vincent e no final da sua vida atribuiu uma grande importância às obras de Moishe Postone e de Robert Kurz. Este fato permite um diálogo entre as duas teorias: a de Gorz e a da Nova Crítica do Valor. Em segundo lugar, não existe em Portugal nenhum estudo abrangente sobre o pensamento de André Gorz.

No que se refere aos outros três autores – Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz –, a escolha é assumidamente pessoal e os méritos das suas teorias apenas poderão ser julgados *post festum*, uma vez concluída a minha investigação. A Nova Crítica do Valor teve um impacto considerável apenas no mundo de língua alemã e, em parte, no Brasil (após a tradução da obra *O Colapso da Modernização*, de Robert Kurz, na década de 1990).

Essa foi precisamente a principal razão que me levou a querer estudar esta corrente de pensamento: analisar crítica e detalhadamente um corpo teórico virtualmente desconhecido no panorama académico português, mas que julgo ser indispensável para uma compreensão adequada da crise do trabalho. A sua leitura é profundamente original e heterodoxa, procurando resgatar o núcleo mais radical da teoria Marxiana: a análise da forma-mercadoria e a teoria do fetichismo apresentadas no primeiro capítulo de *O Capital*. Esta foi a segunda razão que me levou a optar por estes autores: (re)introduzir a Teoria Crítica de Marx – também ela virtualmente ausente, salvo raras exceções, e encarada com suspeição por parte da academia nacional – enquanto paradigma de investigação meritório, atual e, portanto, passível de ser adotado como instrumento de análise, nomeadamente pela Nova Sociologia Económica.

Neste sentido, esta proposta de investigação insere-se na tradição disciplinar habitualmente designada por História das Ideias (cf. Gordon, 2012) ou Sociologia das Ideias (cf. Camic & Gross, 2004). Os seus objetivos principais serão: i) analisar em detalhe a evolução do pensamento dos autores estudados; ii) descrever o contexto em que se inserem as suas ideias; iii) analisar comparativamente as suas teorias explicativas da crise do trabalho.

## 2 – Objetivos da Investigação

### 2.1 – Pergunta de partida

Considerando o cenário descrito na introdução, a pergunta de partida que norteará a investigação é a seguinte:

- Porque é que segundo as teorias de André Gorz e da Nova Crítica do Valor, o capitalismo, enquanto sociedade do trabalho, está em crise?

### 2.2 – Objetivos gerais e específicos

Os objetivos deste projeto encontram-se descritos no Quadro 1:

**Quadro 1.** Objetivos gerais e específicos da investigação

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos
1. Analisar histórica e antropológicamente os conceitos de <i>economia</i> e de <i>trabalho</i>	<p>1.1 Rever a literatura antropológica e histórica relevante</p> <p>1.2 Estudar as diferentes formas de organização do processo produtivo nas várias sociedades humanas:</p> <p>1.2.1 Sociedades Primitivas</p> <p>1.2.2 Antiguidade Clássica</p> <p>1.2.3 Feudalismo</p> <p>1.2.4 Capitalismo</p>
2. Caraterizar o sistema Fordista/Taylorista e apresentar as principais teorias que problematizam o seu esgotamento	<p>2.1 Caraterizar o regime Fordista/Taylorista de produção e acumulação de capital</p> <p>2.2 Expor as principais teorias sociológicas que problematizam o esgotamento do Fordismo (assim como as limitações dessas teorias):</p> <p>2.2.1 “Sociedade Pós-Industrial”</p> <p>2.2.2 “Sociedade da Informação”</p> <p>2.2.3 “Sociedade Pós-Moderna”</p>
3. Descrever as principais categorias da “Crítica da	<p>3.1 Descrever as categorias da “obra económica” de Marx:</p> <p>3.1.1 <i>O Capital (Livro Primeiro, Livro Segundo e Livro Terceiro)</i></p>

Economia Política” de Karl Marx	<b>3.1.2</b> <i>Teorias da Mais-Valia</i> <b>3.1.3</b> <i>Grundrisse</i> <b>3.2</b> Estabelecer a base conceptual que orientará a prossecução dos objetivos subsequentes
<b>4.</b> Analisar a crise da sociedade do trabalho à luz da teoria de André Gorz	<b>4.1</b> Descrever o contexto económico, social e intelectual da obra Gorziana <b>4.2</b> Efetuar uma breve nota biográfica de André Gorz <b>4.3</b> Analisar detalhadamente a evolução do pensamento de André Gorz <b>4.4</b> Analisar a crise do trabalho à luz do pensamento de André Gorz <b>4.5</b> Comparar a teoria explicativa de Gorz com as teorias de Vincent, Postone e Kurz
<b>5.</b> Contextualizar a Nova Crítica do Valor na história do pensamento económico, social e filosófico	<b>5.1</b> Analisar sinteticamente as ideias dos precursores da Nova Crítica do Valor: <b>5.1.1</b> Georg Lukács <b>5.1.2</b> Isaak Rubin <b>5.1.3</b> Escola de Frankfurt: Theodor W. Adorno, Max Horkheimer e Herbert Marcuse <b>5.1.4</b> Jacques Camatte <b>5.1.5</b> Guy Debord e a I.S. <b>5.1.6</b> Fredy Perlman <b>5.1.7</b> “Nova Leitura de Marx”: Helmut Reichelt, Hans-Georg Backhaus e Hans Jürgen Krahl <b>5.1.8</b> Lucio Colletti <b>5.1.9</b> Alfred Sohn-Rethel
<b>6.</b> Analisar a crise da sociedade do trabalho à luz da teoria de Jean-Marie Vincent	<b>6.1</b> Descrever o contexto económico, social e intelectual da obra Vincentiana <b>6.2</b> Efetuar uma breve nota biográfica de Jean-Marie Vincent <b>6.3</b> Analisar detalhadamente a evolução do pensamento de Jean-Marie Vincent <b>6.4</b> Analisar a crise do trabalho à luz do pensamento de Jean-Marie Vincent <b>6.5</b> Comparar a teoria explicativa de Vincent com as teorias de Gorz, Postone e Kurz
<b>7.</b> Analisar a crise da sociedade do trabalho à luz da teoria de Moishe Postone	<b>7.1</b> Descrever o contexto económico, social e intelectual da obra Postoniana <b>7.2</b> Efetuar uma breve nota biográfica de Moishe Postone <b>7.3</b> Analisar detalhadamente a evolução do pensamento de Moishe Postone <b>7.4</b> Analisar a crise do trabalho à luz do pensamento de Moishe Postone <b>7.5</b> Comparar a teoria explicativa de Postone com as teorias de Gorz, Vincent e Kurz
<b>8.</b> Analisar a crise da sociedade do trabalho à luz da teoria de Robert Kurz	<b>8.1</b> Descrever o contexto económico, social e intelectual da obra Kurziana <b>8.2</b> Efetuar uma breve nota biográfica de Robert Kurz <b>8.3</b> Analisar detalhadamente a evolução do pensamento de Robert Kurz <b>8.4</b> Analisar a crise do trabalho à luz do pensamento de Robert Kurz <b>8.5</b> Comparar a teoria explicativa de Kurz com as teorias de Gorz, Vincent e Postone

Note-se que os três primeiros objetivos são uma espécie de prolegómenos. No primeiro objetivo procurarei demonstrar que a economia e o trabalho são categorias modernas e não transhistóricas. No segundo objetivo apresentarei as teorias sociológicas que versam sobre a sociedade Pós-Fordista e as suas principais limitações. No terceiro objetivo exporei as categorias da “Crítica da Economia Política” de Karl Marx, que constituirão a base conceptual que orientará a prossecução dos objetivos subsequentes.

Os restantes objetivos formam o núcleo duro da proposta de investigação. No quarto objetivo analisarei pormenorizadamente a crise do trabalho na ótica da teoria de André Gorz. No quinto objetivo sintetizarei as ideias principais dos precursores da Nova Crítica do Valor. Finalmente, no sexto, sétimo e oitavo objetivos analisarei detalhadamente a crise do trabalho, respetivamente, à luz das teorias de Jean-Marie Vincent, Moishe Postone e Robert Kurz.

### 3 – Estado da arte

#### 3.1 – Análise histórica e antropológica dos conceitos de economia e de trabalho

Um inquérito desta natureza deve começar, obviamente, por uma clarificação conceptual das noções de economia e trabalho (que constitui a atividade económica *par excellence*). Antes de mais é necessário evitar a falsa ontologização dos conceitos presente em duas definições habituais (cf. Bischoff, 1995):

- a) Uma definição formalista, que consiste em projetar acriticamente as características da organização social e económica do capitalismo em todas as sociedades humanas do passado. Em suma, os predicados do *homo economicus* (racionalidade económica, maximização da utilidade, etc.) e as categorias mercantis (trabalho, troca, etc.) são assumidos como não problemáticos e inerentes à “natureza humana”.
- b) Uma definição substantiva ou “materialista”, que define o trabalho como o intercâmbio ou metabolismo material com a natureza e a economia como o processo institucionalizado e contínuo dessa mesma interação entre o homem e o ambiente natural que o rodeia, do qual resulta um conjunto de meios para satisfazer as suas necessidades. Assim, a economia e o trabalho são uma constante antropológica, apenas mudando a sua *forma* nas diferentes sociedades humanas.

Uma análise mais rigorosa, com ajuda de diversas contribuições dos campos da antropologia e da história, permite tirar uma conclusão bem diferente. Num sentido estrito, então, o trabalho é uma realidade bastante recente, desconhecida antes da aurora da modernidade capitalista. Nas sociedades do passado, existia uma totalidade social indistinta, não sendo identificáveis várias esferas: economia, política, cultura, etc. Estamos perante “fatos sociais totais” (cf. Mauss, 2003) incrustados em instituições e guiados por motivações “não-económicas” (cf. Polanyi, 2000)

Assim, um outro entendimento possível do trabalho define-o como uma atividade económica desvinculada e claramente separada dos demais campos da vida – religião, cultura, arte, etc. – em termos temporais, espaciais e de significado (cultural e simbólico) atribuído. O trabalho é a atividade produtiva *específica* do capitalismo, da modernidade. Não é definido em termos das suas qualidades materiais ou sensíveis – realização do metabolismo com a natureza – mas das suas qualidades sociais – enquanto mecanismo responsável pela síntese social.

O trabalho constitui portanto uma abstração real: não se define primariamente como a produção concreta de determinados bens com vista à satisfação de determinadas necessidades, mas em termos da síntese social que efetua enquanto “trabalho abstrato” produtor de uma fantasmagoria real: o valor (cf. Marx, 1990/1867). A produção material de bens é um “mal necessário” para a valorização do valor. É enquanto substância do valor, i.e., enquanto atividade visando a valorização do capital investido, que o trabalho constitui o nexos social do capitalismo. É o fato de ser *simultaneamente* produção material e produção (social) de valor que permite qualificar uma determinada atividade como trabalho.

Nas áreas da antropologia e da história existe uma literatura canonizada que estuda as diferentes formas de organização do processo produtivo assumidas pelas várias formações sociais humanas ao longo da história:

- a) Sociedades Primitivas (cf. Clastres, 1989; Mauss, 2003; Sahlins, 2004)



- b) Antiguidade Clássica (cf. Finley, 1980; Vernant, 2006)
- c) Feudalismo (cf. Anderson, 1974; Bloch, 1979; Gurevich, 1985; Le Goff, 1980)
- d) Capitalismo (cf. Biernacki, 1995; Heilbroner e Milberg, 2012; Hobsbawm, 1995; Marx, 1990; Polanyi, 2000; Thompson, 1966; Weber, 1996).

Uma revisão desta literatura permitirá demonstrar que apenas na sociedade capitalista moderna encontramos uma esfera económica “desincrustada” da sociedade (cf. Polanyi, 2000), cuja atividade historicamente específica assume a forma de trabalho.

### **3.2 – A Crise do Fordismo: Sociedade Pós-Industrial e Revolução Microeletrónica**

Após a 2ª Guerra Mundial assistiu-se ao florescimento em todo o seu esplendor do regime fordista/taylorista de produção e acumulação de capital, assente na organização científica do trabalho, na standardização e na produção em massa, na expansão contínua dos mercados e numa mobilização sem precedentes – salvo em períodos de guerra – de força de trabalho e conseqüente pleno emprego (cf. Gorender, 1997).

Todavia, em meados dos anos 70, o sistema fordista/taylorista começou a dar mostras do seu esgotamento. Podemos apontar dois eventos que marcam historicamente o fim dos “Trinta Gloriosos”: o fim de Bretton Woods (e da correspondente convertibilidade do dólar em ouro), em 1971, e o primeiro choque petrolífero, em 1973.

O fato a reter é que se inaugurou um período de crise que não foi verdadeiramente ultrapassado até aos dias de hoje. Isto porque não surgiu um modelo alternativo de acumulação de capital capaz de gerar os níveis de emprego do período precedente. A raiz deste problema, como já mencionámos, deve ser procurada na 3ª Revolução industrial – aquela da microeletrónica. Brynjolfsson e McAfee (cf. 2014) defendem que entrámos na “Segunda Era das Máquinas”: ao contrário das revoluções industriais do passado, em que o trabalho humano era potenciado e *complementado* pelas tecnologias implementadas, a Revolução Microeletrónica permite *automatizar* um número crescente de tarefas – inclusive cognitivas – e, assim, *suprime* a necessidade do trabalho humano.

Doravante, as potencialidades de racionalização suplantam cada vez mais o poder de expansão dos mercados, algo que é confirmado por um estudo recente da economia norte-americana. Carl Frey e Michael Osborne, da Universidade de Oxford, fizeram uma pesquisa abrangente englobando mais de 700 profissões nos EUA (cf. Frey & Osborne, 2013). Os autores chegaram à conclusão que cerca de 47% dos trabalhadores norte-americanos poderão perder o seu emprego nas próximas décadas em resultado da automatização da produção e das atividades cognitivas.

Em suma, as novas características organizacionais e produtivas, como sejam a aplicação em larga escala das tecnologias da informação e da comunicação, da automatização, da robótica, da flexibilização, a adoção da *lean production* (cf. Kovács, 2002) – todas elas ajudam a poupar mais trabalho do que aquele criam. O próprio sector terciário, encarado muitas vezes como panaceia, não escapa aos efeitos devastadores da racionalização. O problema parece ser inexorável: são necessárias quantidades cada vez menores de trabalho para produzir uma massa crescente de bens e serviços.

Desde meados dos anos 70 que o sistema económico começou a “rodar em falso”, o que é ilustrado pela explosão do capital financeiro e bolsista (largamente fictício), que é o resultado, e não a causa, das dificuldades de acumulação de capital na esfera “real”. A

insuficiente rentabilidade da produção de bens e serviços leva o capital a simular a sua acumulação na esfera financeira, com a constante insuflação e rebenfamento de bolhas especulativas. Também a explosão do crédito (uma antecipação de ganhos futuros...) se revelou uma autêntica fuga para a frente, com os resultados que se conhecem hoje (cf. Kurz, 1995).

Vários autores tentaram enquadrar conceptualmente a sociedade emergente, designando-a por:

- a) Sociedade Pós-industrial (cf. Bell, 1973; Touraine, 1971)
- b) Sociedade da informação (cf. Castells, 2007; Masuda, 1981)
- c) Sociedade de consumo (cf. Baudrillard, 1975)
- d) Sociedade Pós-Moderna (cf. Anderson, 1998).

Podemos concluir que todas estas teorias identificam, de uma maneira ou de outra, o progressivo esgotamento do sistema Fordista/Taylorista. Não obstante, este conjunto de teorias apresenta uma série de limitações fundamentais. Em primeiro lugar, há uma deficiente teorização e conceptualização das categorias de base capitalistas: trabalho, mercadoria, valor, capital, etc. Em particular, a ausência de uma distinção clara entre valor (económico) e riqueza (material e imaterial), conduz a um excesso de “otimismo tecnológico”: na sua ótica agora são as máquinas que produzem o valor e não o trabalho (uma falácia), pelo que os constrangimentos e as contradições objetivas do capitalismo são completamente escamoteadas (cf. Postone, 1999). Assim, na sua perspetiva, apenas as perfídias subjetivas ou as “vistas curtas” dos decisores económicos e políticos impossibilitam uma evolução social e económica linear que espelhe o desenvolvimento tecnológico e científico.

### **3.3 – A “Crítica da Economia Política” de Karl Marx**

A “obra económica” de Marx é composta por cinco obras fundamentais: os três Livros de *O Capital* (cf. Marx, 1996a/1867; 1996b/1867; 1985/1885; 1986a/1894; 1986b/1894), os *Grundrisse* (cf. Marx, 2011/1857-58) e as *Teorias da Mais-Valia* (cf. Marx, 1980a/1861; 1980b/1861; 1980c/1861). Entre as inúmeras análises destas obras, destaca-se um conjunto de referências pela sua abrangência e erudição (cf. Arthur, 2004; Bianchi, 1981; Dussel, 1985, 1988, 1990; Heinrich, 2012; Jappe, 2006; Pilling, 1980; Rosdolsky, 2001/1968; Rubin, 1990/1928; Shortall, 1994; Smith, 1990). Todavia, não podem ser consideradas verdadeiras “introduções” ou “iniciações” à teoria da Marx, uma vez que supõem um conhecimento *prévio* das suas categorias principais. Existem, é certo, alguns livros destinados explicitamente a “principiantes”, mas que à custa de uma simplificação e vulgarização abusivas acabam por ter uma utilidade diminuta (cf. Smith & Evans, 1982; Wayne, 2012).

Este é precisamente o principal desafio que se coloca a quem procura sintetizar o pensamento económico Marxiano: fazer uma introdução clara, concisa, inteligível e compreensível, evitando simultaneamente os malefícios da vulgarização (e até da falsificação) das ideias de Marx. No meu caso, esta é uma tarefa por demais necessária considerando que o desconhecimento da “Crítica da Economia Política” de Marx e das suas categorias é quase total no panorama académico Português (pelo menos, tendo em conta a minha experiência pessoal).

A familiaridade com o edifício conceptual de Marx é uma condição *sine qua non* para o entendimento da minha proposta de investigação. Neste projeto de tese, obviamente, poderei apenas referir alguns traços gerais da obra Marxiana, que serão devidamente desenvolvidos com maior pormenor no âmbito do objetivo 3 (cf. 2.2).

É de salientar que Marx define o capitalismo como um “modo de produção baseado no valor”. O valor (económico) é entendido como uma forma de riqueza fetichista e historicamente específica: corresponde ao domínio de uma “abstração real” (cf. Sohn-Rethel, 1978/1970) sobre todo e qualquer conteúdo sensível. Por outras palavras, não há nada de “natural” no fato de os bens e serviços assumirem a forma de mercadorias. Como diz Marx, não há um “átomo de matéria” num bem, por exemplo, numa cadeira, que nos indique que ele *vale* x euros.

A “valorização do valor” é justamente o principal objetivo da produção capitalista: independentemente de se produzirem pães, cigarros ou granadas de mão, o que importa é que se, por hipótese, foram investidos 100 euros, esse investimento traga um retorno superior, de 110 euros, por exemplo. Se os critérios de “rentabilidade financeira” não forem cumpridos, a produção de um dado bem ou serviço simplesmente não será efetuada, por muito necessária que seja.

Segundo Marx, na “forma-valor” e na “forma-mercadoria” já está contida a contradição fundamental do capitalismo, assim como a dinâmica de *crise* inerente a esta sociedade. Para terminar este breve esboço, elaborarei um pouco mais a Teoria da Crise de Marx.

Ao contrário das teorias da Sociedade “Pós-Industrial”, “da Informação”, etc., referidas no ponto 2, a análise Marxiana não é pautada por nenhum “determinismo tecnológico”. Não é o desenvolvimento da tecnologia, *per se*, que causa a crise do trabalho e o aumento do desemprego. Aliás, a própria noção de desemprego é eminentemente moderna (cf. Topalov, 2000; 2001). Os efeitos dos aumentos da produtividade devem ser entendidos no contexto de uma “sociedade produtora de mercadorias” (Kurz), onde o que interessa, primariamente, é a produção de valor, a acumulação de capital (vulgo “crescimento económico”) e em que a produção (material e imaterial) e a satisfação das necessidades das pessoas são relegadas para segundo plano.

Em outros termos, as relações económicas adquirem o carácter fetichista de uma “segunda natureza”, pelo que a produção de bens e serviços tem de passar inevitavelmente pela camisa-de-forças do valor, i.e., tem de sujeitar-se aos critérios de “rentabilidade financeira”, como já mencionei. Por outro lado, os indivíduos dependem do seu estatuto de trabalhadores para poderem aceder à riqueza produzida numa sociedade mercantil: é preciso ter dinheiro para comprar os bens necessários à sua subsistência.

Ora, apenas sob o capitalismo é que o desenvolvimento científico e tecnológico – impellido pela concorrência – assume contornos dramáticos, ao solapar a substância do valor: o “trabalho abstrato”. Convém recordar, com Postone (cf. 2003/1993), que Marx não estabeleceu uma teoria transhistórica do trabalho produtor de riqueza, mas sim uma teoria do valor-trabalho historicamente específica: ou seja, apenas o “trabalho abstrato” moderno produz valor económico e é justamente o fosso entre as capacidades de produção de riqueza (mais uma vez, material e imaterial) e as capacidades minguantes de produção de valor que se acentua.

Cada aumento da produtividade provoca uma diminuição no valor unitário de cada mercadoria. Simplificando (talvez abusivamente): se antes se produziam 20 camisas numa

hora, com o valor unitário de 10 euros, o valor total produzido era de 200 euros (20x10); se agora, graças ao aumento da produtividade, se produzem 40 camisas numa hora, o valor unitário de cada camisa é atualmente metade do anterior (5 euros), mas o valor total produzido mantém-se inalterado: 200 euros (40x5). A única maneira de contrabalançar a diminuição do valor contido em cada mercadoria individual é aumentar exponencialmente o volume de mercadorias produzidas, absorvendo com isso mais força de trabalho. Este foi o segredo por detrás da produção em massa da era Fordista.

O problema inaugurado pela 3ª Revolução Industrial deriva, por um lado, do fato de os poderes de racionalização – aumento sem precedentes da produtividade – passarem a suplantar o poder de expansão do mercado e, assim, comprometerem o mecanismo compensatório elencado.

Por outro lado, o aumento histórico da produtividade permitiu um embaratecimento generalizado da maioria dos bens essenciais (descontando, obviamente, a inflação), o que permitiu por sua vez reduzir os “custos de reprodução da força de trabalho” e, portanto, a parcela do “trabalho necessário” – que representa os salários – contida em cada mercadoria. Este é o “segredo” subjacente à extração da mais-valia relativa (elemento basilar para a acumulação de capital no capitalismo maduro). Ora, a mais-valia relativa começa a enfrentar os seus limites históricos: a parcela do “trabalho necessário” contido em cada mercadoria já é de tal forma reduzida, que os constantes aumentos da produtividade apenas provocam aumentos homeopáticos na mais-valia produzida (i.e., da parcela do “trabalho excedente” produtor de mais-valia).

Podemos concluir, com Marx, que “o próprio capital é a contradição em processo, pelo fato de que procura reduzir o tempo de trabalho a um mínimo [através da concorrência, NM], ao mesmo tempo que, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza” (Marx, 2011/1857-58: 588-589).

### 3.4 – A teoria de André Gorz

André Gorz (1923-2007) nasceu na Áustria, mas viveu praticamente toda a sua vida adulta em França. Jornalista e ensaísta autónomo, publicou 16 livros e dezenas de artigos ao longo de seis décadas de compromisso com a Teoria Crítica. Foi, sucessivamente, um dos principais autores existencialistas, um dos grandes impulsionadores da denominada “Nova Esquerda”, o fundador da “Ecologia Política” e, a partir da década de 1980, um dos principais autores no debate sociológico contemporâneo acerca da crise da “sociedade do trabalho”.

A evolução do seu pensamento está sintetizada no Quadro 2:

**Quadro 2.** A evolução do pensamento de André Gorz

Período histórico	Caraterização teórica	Obras	Data
Década de 1950	Existencialismo: influência de Sartre	<i>Fundamentos para uma moral</i> <i>O Traidor</i> <i>A Moral da História</i>	1955 1958 1959
Década de 1960	Marxismo tradicional/ontologia do trabalho	<i>Estratégia Operária e Neocapitalismo</i> <i>O Socialismo Difícil</i>	1963 1968

		<i>Reforma e Revolução</i>	1969
Década de 1970	Viragem ecológica: influência de Illich	<i>Divisão do Trabalho e Modo de Produção Capitalista</i> <i>Crítica do Capitalismo Quotidiano</i> <i>Ecologia e Política</i>	1973 1973 1975
Década de 1980	Grande rutura: crítica do trabalho e do proletariado	<i>Adeus ao Proletariado</i> <i>Os Caminhos do Paraíso</i> <i>Metamorfoses do Trabalho</i>	1980 1985 1988
Década de 1990	Reformismo	<i>Capitalismo, Socialismo, Ecologia</i> <i>Misérias do Presente, Riqueza do Possível</i>	1991 1997
Década de 2000	Radicalização: descoberta da Nova Crítica do Valor	<i>O Imaterial</i> <i>Ecologica</i>	2005 2008

Na década de 1950, Gorz foi influenciado enormemente por Sartre, mormente pela sua obra *O Ser e o Nada*. Gorz começou por se debruçar sobre a alienação individual nos seus dois primeiros livros. A partir de *A Moral da História* (1959), o autor passa a centrar a sua atenção na alienação *social* – no trabalho alienado.

Deste modo, durante a década de 1960, Gorz move-se num quadro teórico Marxista mais ou menos ortodoxo. A sua ontologia do trabalho leva-o a postular, *à la* Lukács, o proletariado como sujeito da história e a defender uma revolução socialista nos moldes tradicionais. A abolição da alienação e a transformação do trabalho – entendido como a essência do ser humano – numa atividade livre são a pedra de toque do seu pensamento.

Na década de 1970, Gorz descobre a obra de Ivan Illich e começa a mudar a sua posição teórica. Gorz coloca agora no centro da sua análise a tecnologia. Neste sentido, a “Sociedade Industrial”, o “produtivismo” e o “crescimento económico” (capitalista e socialista) são criticados ferozmente. A sustentabilidade do Planeta Terra depende da adoção de “ferramentas conviviais” (Illich) e da descentralização e autogestão da produção por parte das comunidades de base.

Na década de 1980, dá-se finalmente a grande rutura no pensamento Gorziano, com a publicação do livro *Adeus ao Proletariado*. Gorz rompe definitivamente com a teoria marxista tradicional em três aspetos-chave:

- a) desontologização do trabalho, que passa a ser entendido como a forma da atividade produtiva historicamente específica ao capitalismo;
- b) o trabalho passa, então, a ser definido de um modo *exclusivamente negativo*, enquanto atividade irremediavelmente “heterónoma” e “alienada”. Assim, o desafio que a Humanidade enfrenta não é libertar o trabalho, mas antes libertar-se *do* trabalho (uma possibilidade contida na 3ª Revolução Industrial – a da microeletrónica – que permitiu um aumento sem precedentes da produtividade). O pleno desenvolvimento das capacidades humanas só é possível *para além* do trabalho, naquilo que Gorz denomina por “Esfera da Autonomia”.
- c) Crítica da noção de um “sujeito revolucionário” *a priori* – mormente, o proletariado – responsável pela emancipação da Humanidade.

Podemos afirmar que o desenvolvimento mais importante no pensamento de Gorz na década de 1980 – aludido em b) – é a introdução do conceito de *Sociedade Dual*, que se tornará a trave mestra da teoria Gorziana. A Sociedade Dual é composta por: i) uma esfera heterónoma “macrossocial”, insuperável, constituída pelo trabalho e pela racionalidade económica; ii) uma esfera autónoma “microssocial”, que comporta as atividades livremente escolhidas e realizadas pelos indivíduos.

A década de 1990 constitui o período mais “reformista” de Gorz. No rescaldo da queda do muro de Berlim, o autor apresenta uma definição bastante redutora de socialismo enquanto restrição do funcionamento do “mercado autorregulado” e da esfera de incidência da racionalidade económica. O conceito de sociedade dual é substituído pelo conceito de “sociedade de multiactividade”.

Finalmente, na década de 2000, a teoria de Gorz sofre uma profunda radicalização com a descoberta da obra de Robert Kurz e de Moishe Postone. Segundo Gorz, a prevalência do conhecimento e da imaterialidade no processo produtivo das sociedades contemporâneas coloca definitivamente em cheque o capitalismo. O “capitalismo cognitivo” é uma impossibilidade lógica, pois o conhecimento não é transformável em mercadoria.

Existem várias obras de referência sobre o pensamento Gorziano (cf. Bowring, 2000; Gollain, 2000; Little, 1996; Lodziak & Tatman, 1997; Pereira da Silva, 2002). Todavia, foram publicadas na década de 1990 e no início da década de 2000. Nenhuma delas analisa, portanto, as ideias tardias de Gorz, nomeadamente os livros *O Imaterial e Ecológica*, e os diversos artigos cruciais escritos durante a década de 2000. Deste modo, também não abordam a influência exercida pela Nova Crítica do Valor, em particular, por Postone e por Kurz, nos últimos anos de vida de André Gorz.

### 3.5 – Os precursores da Nova Crítica do Valor

Historicamente pode ser enumerado um conjunto de autores que abordaram problemas análogos aos da Nova Crítica do Valor (cf. Jappe, 2006). O Quadro 3 apresenta os principais precursores da Nova Crítica do Valor:

**Quadro 3.** Os precursores da Nova Crítica do Valor

<b>Autores</b>	<b>Obras Principais</b>	<b>Data</b>
<b>Georg Lukács</b>	<i>History and Class Consciousness</i>	1923
<b>Isaak Rubin</b>	<i>Essays on Marx's Theory of Value</i>	1928
<b>Theodor W. Adorno</b>	<i>Dialética do Esclarecimento</i> (c/ Horkheimer) <i>Dialética Negativa</i>	1944 1966
<b>Max Horkheimer</b>	<i>Eclipse of Reason</i>	1947

<b>Herbert Marcuse</b>	<i>Reason and Revolution</i> <i>Eros and Civilization</i> <i>One-Dimensional Man</i>	1941 1955 1964
<b>Jacques Camatte</b>	<i>Capital and Community</i>	1966
<b>Guy Debord e a I.S.</b>	<i>A Sociedade do Espetáculo</i>	1967
<b>Fredy Perlman</b>	“An Essay on Commodity Fetishism”	1968
<b>Helmut Reichelt</b>	<i>Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx</i>	1968
<b>Hans-Georg Backhaus</b>	“On the Dialectics of the Value-Form”	1969
<b>Hans Jürgen Krahl</b>	<i>Costituzione e Lotta di Classe</i>	1971
<b>Lucio Colletti</b>	<i>Marxism and Hegel</i>	1969
<b>Alfred Sohn-Rethel</b>	<i>Intellectual and Manual Labour</i>	1970

Como se percebe, trata-se de uma corrente mais ou menos subterrânea que, com a exceção de Isaak Rubin, se inscreve no denominado “Marxismo Ocidental” (cf. Anderson, 1976; Jay, 1984). O tema unificador do pensamento destes autores é análise da forma-mercadoria empreendida por Marx no primeiro capítulo do Livro Primeiro de *O Capital* (cf. Marx, 1996a/1867: 165-208). Esta é sem dúvida a parte da obra Marxiana mais intrincada e cuja compreensão é mais difícil; acresce que está escrita numa linguagem obscura, cheia de reminiscências Hegelianas. Não é de espantar que tenha sido votada ao esquecimento pela esmagadora maioria dos Marxistas tradicionais. Os seus conceitos e a sua linguagem foram descartados como meros floreios estilísticos, figuras de discurso retóricas ou infelizes resquícios metafísicos herdados da teoria Hegeliana que, contudo, não manchavam a “cientificidade” da obra de Marx. Louis Althusser, um dos Marxistas mais ilustres, aconselhava mesmo os leitores a ignorarem pura e simplesmente este capítulo.

Ora, este pequeno grupo de autores, descrito no Quadro 3, chegou a uma conclusão oposta: apesar de constituir apenas algumas dezenas de páginas, este trecho é porventura o mais importante escrito por Marx: “Na verdade, o que está aqui em questão é algo tão importante que é difícil imaginar qual o significado do pensamento de Marx sem o mesmo” (Colletti, 1979/1969: 270). Marx vê este mundo como um mundo de cabeça para baixo, a começar pela sua instituição mais elementar – a mercadoria. Enquanto Hegel vê a realização de Deus no vir a ser (*becoming*) sensível do suprassensível, Marx, por seu turno, vislumbra um processo semelhante mediante o qual forças alienadas e separadas (*estranged*) da humanidade se tornam reais, a começar pelo capital e pelo Estado (Ibid.:

270-271). Há uma identidade entre a teoria do valor e a teoria do fetichismo (ou da alienação) de Marx (cf. Machado, 2014).

Passarei rapidamente em revista os autores elencados. Na década de 1920 destacam-se dois autores: Georg Lukács e Isaak Rubin. No seu ensaio sobre a reificação (cf. Lukács, 1972/1923: 83-222), Lukács foi um dos primeiros autores a dedicar uma atenção especial ao fetichismo da mercadoria, combinando a teoria de Marx com a ideia de racionalização presente em Max Weber. No entanto, enquanto Marx identifica o *Geist* Hegeliano com o capital – caracterizando-o como “sujeito automático” –, Lukács identifica o proletariado como o sujeito-objeto da história (cf. Postone, 2003/1993: 72-83). Por seu turno, Isaak Rubin é o primeiro autor a estudar detalhadamente, e de um modo crítico, o conceito de trabalho abstrato (cf. Rubin, 1990/1928). Apesar do caráter pioneiro da sua abordagem, Rubin ainda se move numa ontologia do trabalho: o trabalho abstrato capitalista deverá dar lugar a um trabalho “diretamente social”, sem a mediação do mercado, numa sociedade socialista (cf. Kurz, 2004).

Nas três décadas seguintes a crítica categorial de Marx será desenvolvida sobretudo pela Escola de Frankfurt. Horkheimer criticou a “racionalidade instrumental” que caracteriza o capitalismo – uma mera adequação entre meios e fins, mas em que o fim (irracional) da socialização capitalista permanece inquestionável (cf. Horkheimer, 2004/1947). Em 1944, Horkheimer e Adorno publicam a influente *Dialética do Esclarecimento* (cf. 2002/1944). Nesta obra, o Iluminismo é descrito como a (ir)racionalidade historicamente específica da sociedade burguesa. Em 1966, Adorno publica a sua *magnum opus*, *Dialética Negativa* (cf. 2009/1966), colocando uma grande ênfase no chamado “princípio da identidade” que está subjacente à troca mercantil: o domínio totalitário de uma forma abstrata sobre qualquer conteúdo sensível.

Herbert Marcuse foi o terceiro grande nome da Escola de Frankfurt. Em *Reason and Revolution*, seguindo de perto o Marx dos *Manuscritos Económicos e Filosóficos*, Marcuse postula que a principal questão social que se coloca não é a libertação do trabalho – algo que já foi alcançado pelo próprio capitalismo – mas a *abolição* do trabalho. O trabalho implica a negação do desenvolvimento livre e universal do indivíduo que trabalha (cf. Marcuse, 1955/1941). O autor desenvolverá esta linha de raciocínio em *Eros and Civilization*, combinando as teorias de Marx e de Freud. Dado o enorme potencial científico e tecnológico alcançado ao longo da história da humanidade, o “Princípio da Performance” torna-se obsoleto. A superação do capitalismo permitiria superar o Princípio da Performance e libertar o “Princípio do Prazer”, superando-se deste modo o trabalho (cf. Marcuse, 2006/1956).

Na década de 1960 assistiu-se a uma proliferação de autores e de publicações que empreenderam uma releitura de Marx. Rejeitando a ortodoxia quasi-religiosa do Marxismo tradicional, estes autores decidiram dialogar diretamente com Marx. Jacques Camatte começou por se associar a correntes Bordiguistas e acabou por se tornar um primitivista convicto. Todavia, *in between*, publicou na década de 1960 uma obra bastante importante intitulada *Capital and Community* (cf. Camatte, 1988/1966). Nela estuda o chamado “capítulo inédito” de *O Capital*, realçando o binómio subsunção formal/subsunção real, o conceito de trabalho produtivo (de mais-valia) e a teoria do fetichismo de Marx.

O nome da Guy Debord estará para sempre ligado às greves selvagens e às ocupações de Maio de 1968, assim como à crítica feroz da sociedade mercantil. No cerne da teoria Debordiana encontra-se o conceito de espetáculo. Na “Sociedade do Espetáculo” (cf.



Debord, 2005/1967), “a contemplação passiva de imagens (...) substitui o vivido”, sendo que o processo histórico de alienação caracterizado pela subordinação do «ser» ao «ter» sofre uma “degradação ulterior do «ter» em «parecer»” (Jappe, 2008: 17). O espetáculo traduz a vitória de uma esfera económica desvinculada da sociedade. A economia transformou-se de meio em fim e, no seu estado espetacular, “cria e manipula necessidades” com vista à reprodução das suas próprias condições de existência (Ibid.: 21).

O grande contributo de Fredy Perlman foi o “resgate” de Isaak Rubin através da sua tradução para inglês (diretamente do russo) dos *Essays on Marx's Theory of Value*. Apoiado na sua leitura de Rubin, Perlman publicaria dois ensaios sobre o conceito de fetichismo da mercadoria (cf. Perlman, 1968; 1992/1969).

A releitura de Rubin foi igualmente fulcral para o desenvolvimento da corrente que viria a ficar conhecida como “Nova Leitura de Marx” (*Neue Marx Lektüre*). Hans-Georg Backhaus, Helmut Reichelt e Hans Jürgen Krahl recuperaram a “análise da forma-valor” Marxiana (cf. Backhaus, 1980/1969; Reichelt, 2013/1968; Krahl, 1978/1971). A sua leitura de cariz vincadamente filológico permitiu-lhes, não obstante, chegar a conclusões de extrema importância: crítica do paradigma da luta de classes e da visão do proletariado como “sujeito da história”; conceção da dominação capitalista como uma dominação impessoal; carácter historicamente específico do valor (económico). Este trio de autores (juntamente com Adorno) foi provavelmente a maior influência da Nova Crítica do Valor desenvolvida no espaço de língua alemã (sobretudo por Robert Kurz).

Lucio Colletti foi um dos primeiros autores, após a análise pioneira de Rubin na década de 1920, a estudar o conceito de trabalho abstrato em Marx de um modo crítico (cf. Colletti, 1974/1969; 1979/1969). Para além disso, o autor foi capaz de discernir o capital como uma “metafísica real”: a dialética é a descrição verdadeira de uma “realidade falsa” (cf. Machado, 2014). Finalmente, Alfred Sohn-Rethel foi o primeiro autor a cunhar o termo “abstração real” (cf. 1978/1970). Sohn-Rethel identificou uma “identidade secreta” entre a forma-mercadoria e a forma-pensamento, i.e., entre abstração real e abstração conceptual. A mercadoria é uma categoria *a priori* no sentido Kantiano do termo (cf. Machado, 2013).

### **3.6 – A Nova Crítica do Valor**

O Marxismo clássico, do movimento operário, esteve sempre refém de uma crítica reduzida do capitalismo. O capitalismo é entendido meramente na base da propriedade (jurídica) privada dos meios de produção por parte dos capitalistas e da respetiva exploração “subjéctiva” dos trabalhadores, mediante a apropriação da mais-valia que estes produzem. Assim, trata-se de “expropriar os expropriadores”, de retirar aos “parasitas da sociedade” a mais-valia produzida pelo “trabalho produtivo honesto”. E o instrumento para isso, o “motor da história”, é constituído pela “luta de classes”, pela elevação do proletariado a “sujeito da história” responsável pela construção de uma sociedade assente numa ontologia do trabalho. No fundo, trata-se de uma crítica sobretudo da distribuição – da circulação, se quisermos – e da oposição da “anarquia do mercado” a uma planificação e afetação central do (tempo de) trabalho da sociedade. Deste modo, utilizando a terminologia empregue por Robert Kurz, o marxismo tradicional apropriou-se apenas do núcleo “exotérico” da teoria de Marx.

A Nova Crítica do Valor surge em finais da década de 1970/meados da década de 1980 quando Jean-Marie Vincent (em França), Moishe Postone (nos EUA) e Robert Kurz (na Alemanha) chegam, sem qualquer contacto entre si, a conclusões bastante semelhantes

na sua análise da sociedade capitalista (cf. Jappe, 2006). Ao contrário do marxismo tradicional, a Nova Crítica do Valor revê-se no núcleo “esotérico” da teoria de Marx: o escândalo já não é o “roubo” por parte dos capitalistas da mais-valia produzida pelos trabalhadores, mas a própria produção de valor e o próprio trabalho enquanto substância desse mesmo valor. Recuperando a teoria do fetichismo de Marx, a Nova Crítica do Valor empreende uma crítica radical do “sistema produtor de mercadorias da modernidade”, evidenciando a necessidade de abolir as suas categorias de base que tendem a ser ontologizadas, inclusive pelos “marxistas”: valor, mercadoria, trabalho, Estado, mercado, etc.

Se as sociedades pré-capitalistas eram marcadas por relações de dominação direta no contexto de um fetichismo de natureza religiosa, o capitalismo é caracterizado por uma dominação impessoal, quasi-objetiva (Postone, 2003/1993). Estamos na presença de uma “segunda natureza” na qual as relações sociais se autonomizam e se erguem como um poder estranho. O capital, erigido em “sujeito automático”, escapa ao controlo dos seres humanos e subjuga-os. Hegel defendia que não eram os seres humanos que pensavam, mas sim o “Espírito” ou a “Ideia” que se fazia pensar através dos indivíduos. No capitalismo sucede *de facto* algo de semelhante: os seres humanos não agem livremente, mas são *agidos* pelas categorias capitalistas. O verdadeiro sujeito é o valor, a mercadoria.

Na ótica da Nova Crítica do Valor, a oposição capital/trabalho é *imane*nte ao sistema capitalista, pois capital e trabalho são as duas faces da mesma moeda. O trabalho é a substância do capital, pelo que não se trata mais de libertar o trabalho mas de nos libertarmos *do* trabalho. A emancipação humana virá não da elevação do trabalho a princípio supremo da humanidade, mas da sua abolição, da libertação do “intercâmbio ou metabolismo com a natureza” (Marx) e da produção de riqueza material dos grilhões do valor e da abstração trabalho *qua* sociabilidade humana comum reificada, da loucura de uma “metafísica real”.

### 3.6.1 – Jean-Marie Vincent

Jean-Marie Vincent (1934-2004) esteve durante toda a sua vida ligado à academia. Vincent foi professor na Universidade de Paris VIII, onde dirigiu durante vários anos o departamento de Ciências Políticas, que fundou em 1968. O autor esteve sempre ligado a movimentos Trotskistas, mas a sua principal influência teórica foi a Teoria Crítica da Escola de Frankfurt (que constituiu, aliás, o tema da sua tese de Doutoramento).

No seu artigo seminal, “La domination du travail abstrait” (cf. Vincent, 1977), e na sua *magnum opus*, *Critique du Travail – Le faire et l’agir* (cf. Vincent, 1987), Vincent critica o que designa por “fetiche do trabalho”, partilhado tanto pela sociedade capitalista como pelo socialismo real (e pela ortodoxia marxista). No seu entendimento, mais do que libertar o trabalho e a produção, a humanidade precisa “libertar-se da produção” e abolir o trabalho (cf. Vincent, 1993). Ao contrário do que é comum afirmar-se, o autor preconiza que é a realidade capitalista que é “economicista” e não a teoria de Marx, que se limita a espelhar (criticamente) o funcionamento do capitalismo (cf. Vincent, 2001).

A temática do fetichismo está no cerne da sua análise. Vincent refere em diversas ocasiões que a sociabilidade dos seres humanos impõe-se-lhes “por detrás das costas” (“*par dessus la tête des hommes*”), ou seja, as ações individuais efetuam inconscientemente a síntese social capitalista.

Vincent fundou e dirigiu duas revistas com algum impacto no panorama Francês. Na década de 1990 esteve ligado à revista *Futur Antérieur*, da qual foram publicados 43 números. Vincent foi um dos principais impulsionadores da revista, juntamente com Toni Negri. Deve ser acrescentado, contudo, que Vincent nunca comungou do Pós-Operarismo de Negri. Com efeito, Vincent e Negri representavam duas correntes divergentes que acabariam por levar ao final do projeto *Futur Antérieur* e à criação de duas novas revistas: *Multitudes*, dirigida por Negri, e *Variations*, dirigida por Vincent até à sua morte, e que continua a ser publicada.

No que se refere à bibliografia secundária, ela é francamente escassa. A revista *Variations* publicou em 2012 um número especial para assinalar os 25 anos da publicação original de *Critique du Travail*. É ainda de realçar que Vincent influenciou alguns autores, nomeadamente Antoine Artous (cf. 2003; 2006) – o seu “descendente” direto – e Alex Neumann (cf. 2010). Todavia, não se pode dizer que exista alguma análise aprofundada da obra Vincentiana.

### 3.6.2 – Moishe Postone

Moishe Postone (1942-), à semelhança de Vincent, esteve durante toda a sua vida ligado ao ensino universitário e à investigação. Postone é professor na Universidade de Chicago e um historiador conceituado. Em 1978, Postone publicou um artigo seminal intitulado “Necessity, Labor and Time: A Reinterpretation of the Marxian Critique of Capitalism” (cf. Postone, 1978) que estabeleceu as linhas gerais do seu programa de investigação nas décadas seguintes. Esta investigação teve como ponto alto a publicação, em 1993, da sua principal obra: *Time, Labor, and Social Domination – A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory* (cf. Postone, 2003/1993).

Dados os limites de espaço, salientarei apenas cinco aspetos-chave da teoria Postoniana:

- 1) Postone demarca-se daquilo que designa por “marxismo tradicional”. O marxismo professa uma crítica do capitalismo do “ponto de vista do trabalho” (*form the standpoint of labor*), entendendo o conceito Marxiano de trabalho de forma positiva e glorificando o proletariado. Postone, por seu turno, empreende uma crítica do trabalho (*critique of labor*). À semelhança de Marx, Postone capta a natureza historicamente específica do “trabalho abstrato”: este é responsável pela socialização *negativa* capitalista.
- 2) Postone foi pioneiro na distinção – central para a Nova Crítica do Valor – entre riqueza (material e imaterial) e valor. O valor é uma forma de riqueza “abstrata” – à semelhança do trabalho que o cria – e específica do capitalismo. Segundo Postone, Marx estabeleceu uma teoria do valor-trabalho e não uma teoria transhistórica do trabalho criador de riqueza. Como já mencionei em 3.3, a divergência entre riqueza e valor económico está no cerne da crise da sociedade capitalista.
- 3) Para além das antinomias trabalho concreto/trabalho abstrato e valor de uso/valor, Postone dedica uma atenção especial à dinâmica temporal do capitalismo. De acordo com o autor, a inter-relação entre tempo concreto, tempo abstrato e tempo histórico origina uma dinâmica que designa por “*treadmill dynamic*”. Utilizando a passadeira rolante como metáfora, em que é preciso

continuar a correr para ficar sempre no mesmo sítio, Postone descreve o processo (irracional) impelido pela concorrência capitalista: para manterem a sua competitividade, as empresas têm de aumentar continuamente a sua produtividade (e a sua produção).

- 4) Postone rompe com o esquema base/superestrutura nuclear para o marxismo tradicional. Na ótica do autor, as categorias capitalistas (mercadoria, valor, trabalho, etc.) são categorias *a priori* no sentido Kantiano do termo: expressam *simultaneamente* relações sociais particulares e formas de pensamento.
- 5) Postone teoriza o denominado “antissemitismo estrutural”. O autor alerta para os perigos de um pseudo-anticapitalismo (que historicamente atingiu o seu auge com o Nacional-Socialismo, mas que continua a orientar as visões de grande parte da esquerda) que opõe o “trabalho produtivo honesto” ao “capital financeiro rapinante”. Esta visão de mundo maniqueísta tende a imputar a um determinado grupo social a responsabilidade pela crise económica, pelo que pode desembocar facilmente na procura de “bodes expiatórios” (cf. Postone, 1986).

Existe muito pouca bibliografia secundária sobre Postone. É de salientar que revista britânica *Historical Materialism* (Vol. 12, No. 3) publicou, em 2004, um número especial dedicado à análise de *Time, Labor, and Social Domination*. Na sua maioria, trata-se de críticas algo enfadonhas do ponto de vista de um marxismo mais ou menos tradicional. Um pouco à semelhança do que sucede com Vincent, não se pode dizer que exista alguma análise aprofundada da obra Postoniana.

### 3.6.3 – Robert Kurz

Robert Kurz (1943-2012) – ao contrário de Vincent e de Postone – foi ao longo de toda a sua vida um escritor e ensaísta autónomo, nunca procurando uma carreira académica. Depois de concluir os seus estudos universitários em filosofia, pedagogia e ciência política, teve as profissões mais variadas: motorista de pesados, taxista (durante sete anos) e trabalhador a tempo parcial na parte técnica de um jornal. Em 1986 publica o seu artigo seminal intitulado “A Crise do Valor de Troca” (cf. Kurz, 2014b/1986). Todavia, apenas na década de 1990, após a publicação de *O Colapso da Modernização* (cf. Kurz 1999/1991) – que lhe granjeou alguma notoriedade na Alemanha e no Brasil – se dedicará a tempo inteiro à teoria crítica.

Kurz esteve ligado à criação das duas revistas teóricas mais importantes no campo da Nova Crítica do Valor. Em 1986 é um dos membros fundadores da revista *Crítica Marxista*, que a partir de 1990 adotará o nome com que ficou célebre: *Krisis*. Robert Kurz foi sempre o principal impulsionador da revista *Krisis* e do grupo de discussão homónimo a ela associado. Em 2004 ocorre uma cisão no Grupo *Krisis*, e Robert Kurz, juntamente com alguns dos principais membros *ex-Krisis* (Roswitha Scholz, Claus Peter Ortlieb, Anselm Jappe, etc.), funda uma nova revista intitulada *Exit!- Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, que continua a ser publicada até aos dias de hoje.

Tal como Vincent e Postone, Kurz toma como ponto de partida a teoria do valor e a análise do fetichismo da mercadoria empreendida por Marx. Até ao final da década de 1990, com algumas exceções, o Grupo *Krisis* postula o que poderemos designar por crítica do valor (*wertkritik*) em sentido estrito. Assim, há uma crítica da forma-mercadoria, do

valor enquanto forma de riqueza fetichista, do trabalho (enquanto “substância do capital”), da noção de um sujeito revolucionário *a priori* (mormente, o proletariado) e do Estado.

Neste sentido, a mais-valia é entendida como um fim em si mesmo irracional e não como algo que é apropriado injustamente pelos capitalistas e que, portanto, deva ser reclamado pelos operários. O “trabalho abstrato” é encarado como uma metafísica real (cf. Kurz, 2004), como um puro dispêndio de energia humana – de “nervo, músculo e cérebro” (Marx) – sem atentar ao seu conteúdo. O trabalho é um processo tautológico cujo objetivo central é a criação de valor (económico). As lutas sociais não devem, pois, ser feitas no interior das categorias capitalistas – como fez historicamente o movimento operário –, mas devem visar a sua superação prática. Neste contexto, o Estado não deve ser contraposto ao mercado, nem a economia à política: ambos os polos representam as duas faces da mesma moeda; a política não possui modos de atuação autónoma, pois depende inteiramente das “receitas fiscais” e, portanto, de um processo de valorização bem-sucedido (cf. Kurz, 1994).

No início da década de 2000, Kurz procura aprofundar a crítica do Iluminismo – entendido “enquanto expressão ideológica e legitimatória das categorias de socialização negativa do sistema moderno produtor de mercadorias” (Lamas, 2011) – e a crítica da forma-sujeito que tinha introduzido num ensaio de 1993 intitulado “Dominação sem Sujeito” (cf. Kurz, 1993). De acordo com Kurz, a forma-sujeito moderna não é de modo algum neutra: o sujeito da modernidade é estruturalmente Masculino, Branco, Ocidental (“MBO”), monetário e concorrencial.

No quadro da crítica do Iluminismo e da forma-sujeito, Kurz procura igualmente aprofundar a noção de uma “dissociação” sexualmente conotada introduzida por Roswitha Scholz no seu artigo seminal de 1992, intitulado “O Valor é Homem” (cf. Scholz, 1996/1992). Segundo Scholz, a forma-sujeito moderna pressupõe uma determinada relação entre os sexos: supremacia masculina evocada no domínio da Razão, do cálculo económico e do pensamento abstrato e delegação *histórica* na mulher da emotividade, espontaneidade, sensibilidade e irracionalidade. O capitalismo deve, por conseguinte, ser entendido enquanto “patriarcado produtor de mercadorias”: a esfera económica, estruturalmente definida como masculina, pressupõe a existência de uma esfera dissociada, estruturalmente definida como feminina.

A esfera dissociada é composta por todas as atividades que escapam à racionalidade económica e à lógica da produtividade: esfera doméstica – entendida como o local de “repouso do guerreiro” do trabalho e da concorrência – e um conjunto de atividades não produtivas do ponto de vista capitalista: saúde, educação, cuidados com idosos e com crianças, alimentação, limpezas, etc. Note-se que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho – que é, antes de mais, anacrónica, visto que ocorre numa altura em que o trabalho se encontra justamente em crise –, não desmente a relação de dissociação, pois: a) as mulheres são forçadas a interiorizar e a adotar os mesmos comportamentos “masculinos” para serem bem-sucedidas na sua profissão; b) a maior parte das mulheres são “duplamente socializadas”, acumulando o seu emprego com o desempenho das tarefas domésticas, com o papel de mãe, etc; c) apenas um núcleo marginal de mulheres – aquelas de classe superior – é capaz de se eximir às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos, delegando-as a outras mulheres (empregadas domésticas, creches, etc.) que, por sua vez, são “duplamente socializadas”; d) existe uma desigualdade estrutural a nível salarial, i.e., as mulheres ganham substancialmente menos do que os homens com qualificações e competências similares.

Na ótica de Kurz, a crítica do valor (*wertkritik*) desenvolvida na década de 1990 deve então ceder lugar à crítica do valor-dissociação (*wert-abspaltung*), de maior abrangência. Os últimos três artigos publicados por Robert Kurz na revista *Krisis* versam precisamente sobre a crítica do Iluminismo e da dissociação: “Razão Sangrenta” (cf. Kurz, 2002), “Ontologia Negativa” (cf. Kurz, 2003b) e “Tabula Rasa” (cf. Kurz, 2003c).<sup>3</sup> Estes artigos produziram um enorme mal-estar no seio de alguns membros do Grupo *Krisis*, que discordam dos novos desenvolvimentos da teoria de Kurz e pretendem continuar envolvidos na crítica do valor em sentido estrito, conduzindo à cisão já mencionada e à criação da Revista/Grupo *Exit!*.

Existe muito pouca bibliografia secundária sobre Robert Kurz e sobre os Grupos *Krisis* e *Exit!*. Isso deve-se provavelmente ao pouco material bibliográfico traduzido para inglês. Felizmente, a maioria dos textos de Kurz está traduzida para português e encontra-se disponível on-line (cf. <http://obeco.planetaclix.pt/>). Este fato suscitou um grande interesse pela teoria Kurziana no Brasil, onde surgiu até uma revista inspirada pela Escola de Frankfurt e, especificamente, pela Nova Crítica do Valor (cf. <http://sinaldemenos.org/>). Todavia, com a exceção do pequeno livro de Ricardo Regatieri (cf. 2012), não existe uma análise abrangente e detalhada do pensamento de Robert Kurz.

### 3.6.4 – Análise comparativa dos autores

No Quadro 4 estão sintetizadas as principais dimensões das teorias de cada autor:

**Quadro 4.** Dimensões das teorias de Vincent, Postone e Kurz

Dimensões da Teoria Crítica	Jean-Marie Vincent	Moishe Postone	Robert Kurz
<b>Teoria do Valor-Trabalho (Marx)</b>	X	X	X
<b>Escola de Frankfurt (herança teórica)</b>	X	X	X
<b>Crítica do trabalho (abstrato)</b>	X	X	X
<b>Crítica do fetichismo da mercadoria</b>	X	X	X
<b>Crítica do valor (distinção riqueza/valor)</b>	X	X	X
<b>Dominação impessoal</b>	X	X	X
<b>Crítica do proletariado/luta de classes</b>		X	X
<b>Teoria da Crise (limite interno absoluto)</b>			X
<b>Crítica do Estado</b>		X	X

<sup>3</sup> Estes ensaios serão posteriormente reunidos (juntamente com “Dominação sem Sujeito”) e publicados no livro *Razão Sangrenta* (cf. Kurz, 2010)

<b>Crítica do mercado</b>	X	X	X
<b>Crítica do antissemitismo estrutural</b>		X	X
<b>Crítica da dissociação sexual</b>			X
<b>Crítica do Iluminismo</b>			X
<b>Crítica da forma-sujeito</b>			X

Como se constata, todos os autores adotam (com algumas modificações originais) a teoria do valor-trabalho de Marx e têm na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt a sua principal herança teórica. Aquilo que designámos em 3.6.3 por crítica do valor “em sentido estrito” é igualmente partilhada pelos três autores: crítica do trabalho, crítica do fetichismo da mercadoria, crítica do valor (i.e., o valor é entendido como uma forma de riqueza historicamente específica), conceção da dominação capitalista como uma dominação impessoal (aquilo que Marx denomina por “sujeito automático”), crítica do Estado e crítica do mercado. A única exceção é a crítica Vincentiana ao Estado e, em particular, à política. Se Vincent supera a visão redutora do Estado do marxismo tradicional enquanto instrumento ao serviço da “classe dominante” e apreende a relação funcional do Estado com o processo de acumulação de capital, o autor não é capaz de dar o passo decisivo no sentido da anti-política Kurziana e continua por vezes a contrapor “uma outra política” aos ditames do capital.

No que se refere a outra das “vacas sagradas” do marxismo tradicional – a luta de classes –, ela é entendida por Postone e por Kurz como uma luta *imane*nte ao sistema capitalista, sendo que ambos rejeitam a noção de um sujeito revolucionário *a priori* (de um “sujeito objetivo”). Quanto a Vincent, embora coloque a dominação impessoal no centro da sua análise, continua a mover-se num quadro teórico marcado pela luta de classes na medida em que continua a atribuir ao proletariado a “missão histórica” de abolir o capitalismo. Esta é, com efeito, uma das principais aporias do seu pensamento: negação do trabalho e, simultaneamente, *afirmação* da classe operária.

Postone foi pioneiro na teorização do “antissemitismo estrutural”, i.e., de uma crítica equivocada e reacionária do capitalismo que procura imputar os males desta sociedade a uma conspiração maquiavélica de um grupo social específico (cf. Postone, 1986). Kurz foi igualmente responsável por importantes desenvolvimentos desta teoria (cf. Kurz, 2003a).

No que diz respeito à Teoria da Crise (cf. 3.3), Vincent é virtualmente omissa a esse respeito. Já Postone é no mínimo ambíguo: se, por um lado, o autor consegue captar a dinâmica de crise subjacente à contradição entre riqueza (material e imaterial) e valor, por outro lado, parece rejeitar a “Teoria do Colapso”, nomeadamente a de Kurz, como sendo demasiado “catastrofista” (cf. Postone, 2012). Neste sentido, apenas Robert Kurz desenvolve aprofundadamente e de um modo original a Teoria da Crise de Karl Marx (cf. Kurz, 2014b/1986; 1995; 2004; 2014a). Na sua opinião, o capitalismo começa a esbarrar com o seu “limite interno absoluto”: a produção de mais-valia e a passagem da produção pelo buraco da agulha do valor são cada vez mais difíceis e, em breve, serão mesmo impossíveis (cf. 3.3 para uma explicação mais pormenorizada). Mas é preciso salientar que

a dedução *lógica* da inevitabilidade da crise de reprodução da economia capitalista, ao contrário do que é comum criticar-se-lhe, não significa professar uma espécie de imobilismo: “como o capitalismo entrará em colapso de qualquer maneira, podemos cruzar os braços e esperar confortavelmente”. Ora, do colapso automático do capitalismo não decorre necessariamente a instauração de uma alternativa emancipatória, pois a construção do “socialismo” exige a ação coletiva, concertada e consciente dos seres humanos. O colapso do capitalismo apenas traz automaticamente uma coisa: a barbárie pura e simples a que já assistimos diariamente em várias zonas do globo.

Finalmente, a crítica do Iluminismo, a crítica da forma-sujeito e a crítica da dissociação sexualmente conotada apenas são elaboradas por Robert Kurz. Neste sentido, podemos concluir que a crítica do valor em “sentido amplo” apenas é empreendida, *de facto*, por Kurz e pelo Grupo *Exit!*.

## 4 - Metodologia

### 4.1 – Sociologia das Ideias e História das Ideias

Conforme referi na introdução (cf. 1.2), esta proposta de investigação insere-se na tradição disciplinar da Sociologia das Ideias (cf. Camic & Gross, 2004) e da História das Ideias (cf. Gordon, 2012; Southgate, 2003). A (Nova) Sociologia das Ideias pode ser definida como

“o ramo da sociologia que estuda os atores especializados na produção de ideias cognitivas, avaliativas e expressivas (por ex., asserções, argumentos, conceitos, crenças, suposições) e os processos sociais através dos quais as suas ideias surgem, desenvolvem-se e mudam.” (Camic & Gross, 2002: 97)

Por seu turno, a História das Ideias pode ser descrita como

“o estudo dos intelectuais, das ideias e dos padrões intelectuais ao longo do tempo. (...) [É] uma disciplina que analisa conceitos abrangentes à medida que aparecem e se transformam no decurso da história.” (Gordon, 2012: 1-2)

Como se pode verificar, para além do estudo das ideias, a Sociologia das Ideias coloca *sempre* uma grande ênfase no *contexto* social subjacente às mesmas (cf. Camic & Gross, 2004: 245ss). No que se refere à História das Ideias, o “entendimento” (*understanding*) [Southgate, 2003: 247] é a palavra-chave: “os Historiadores das ideias querem tornar inteligível a maneira como outrem (*someone else*) tornou o mundo inteligível; eles querem *entender* como é que outras pessoas entendiam as coisas” (Bevir apud Southgate, 2003: 247, itálico no original). Pode-se concluir que a “História das ideias é essencialmente um estudo baseado em textos (*text-based study*): o seu estudo do passado centra-se nos textos e nos seus contextos – *com diversas ênfases relativas nestes dois elementos*” (Southgate, 2003: 249, itálico nosso).

Deste modo, existem duas correntes distintas na História das Ideias. A primeira, introduzida por Arthur Lovejoy (cf. 2001/1936: 3-23; 1938) e designada por “internalista” (cf. Gordon, 2012: 2), centra a sua atenção na análise crítica das *próprias* ideias; a segunda, introduzida por Quentin Skinner (1969) e designada por “contextualista” (cf. Gordon, 2012:



7), procura salientar, à semelhança da Sociologia das Ideias, o *contexto* histórico e social no seio do qual ocorrem determinadas ideias.

No meu caso, optarei, especificamente, pela abordagem “internalista” da História das Ideias. Embora pretenda elucidar o contexto social em que surgem as teorias de André Gorz e da Nova Crítica do Valor, o meu objetivo principal será analisar crítica e detalhadamente essas mesmas teorias e os seus conceitos nucleares. Em particular, dado o relativo desconhecimento acerca da Nova Crítica do Valor, creio que o mais importante será mesmo *apresentar* e discutir as suas ideias. A contextualização será sobretudo “conceptual” (Ibid.: 2), ou seja, procurará situar os autores na história do pensamento económico, social e filosófico. É ainda se realçar que a abordagem internalista é a mais adequada para uma análise comparativa, i.e., para estudar as relações entre várias ideias, teorias e “modos de explicação” (Ibid.).

Para concluir, refira-se que, contrariando o modelo positivista, a “simpatia” com o objeto de estudo não é encarada de modo negativo pela História das Ideias, sendo que alguns dos estudos mais relevantes foram efetuados por investigadores abertamente comprometidos com os autores ou correntes analisados (cf. Southgate, 2003: 252 e 255).

#### 4.2 – A pertinência da abordagem teórica

Como é sabido, a discussão teórica ocupa um lugar subalterno no domínio da investigação científica. Aliás, ela nem sequer constitui um método de pesquisa autónomo, “de pleno direito” e reconhecido pela academia (cf. Turner, 2004). A teoria desempenha, assim, um papel claramente delimitado, sendo entendida de uma forma *instrumental*, enquanto mero meio (auxiliar) para um fim mais elevado, *científico* em sentido estrito: a investigação empírica.

A teoria é portanto subsumida no conceito – em certo sentido redutor e, até, pejorativo – de “revisão da literatura”. É enquanto *etapa* de um processo de investigação predeterminado e inquestionável que a discussão teórica conhece a sua *raison d’être*. Por conseguinte, a teoria é sub-repeticivamente equiparada à revisão dos resultados da investigação empírica pretérita.

Contra a corrente, quero propor, com Turner, que a “teoria social” é um “campo” de investigação legítimo e “autossuficiente”, constituindo “uma forma de atividade intelectual coerente e valiosa (*valuable*)” (Turner, 2004: 1), eminentemente “crítica e reflexiva” (Ibid.: 16). A teoria permite colocar e responder a questões habitualmente escamoteadas, nomeadamente: “se, e como, os conceitos sociais do passado continuam a ser aplicáveis, e quais as implicações da sua não aplicabilidade” (Ibid.: 11).

A teoria social assume-se primariamente como um “comentário” (Ibid.: 15) que procura apreender a “complexidade e o holismo dos textos” analisados, reconhecendo “a necessidade de considerar um argumento na sua totalidade” e não apenas os conceitos que possam ser extraídos desse argumento e aplicados empiricamente (Ibid.: 6). Através do comentário, a teoria descortina as “insuficiências” (*gaps*) dos textos e permite repensar os seus argumentos (Ibid.: 5n6). Para ultrapassar quaisquer preconceitos, Turner lembra que “os grandes pensadores do cânone [sociológico], Weber, Durkheim e Marx, assim como Parsons e Habermas (...), escreveram obras que são quase inteiramente comentários e aperfeiçoamentos (*improvements*) e revisões conceptuais” (Ibid.: 15).

Pode-se concluir que

“a teoria social tem a sua origem numa situação existencial, numa situação em que os conceitos que os indivíduos de uma sociedade usam para se compreenderem mutuamente e para compreenderem o seu mundo social deixam de ser aplicáveis. O teórico social procura compreender as mudanças, teorizá-las, frequentemente através da criação de conceitos de segunda ordem que permitem que a mudança, e o problema com o conceito [original], sejam entendidos. (...) A teoria social é, portanto, inevitavelmente um campo que escrutina os seus próprios conceitos e interpreta (*considers*) o mundo à luz dos problemas decorrentes da aplicação dos seus conceitos em novas situações. O comentário, que combina a interpretação dos próprios conceitos com a interpretação das circunstâncias nas quais a sua aplicação está sob ameaça ou é instável, é a principal forma através da qual este escrutínio é articulado. Os modos de comentário diferem: alguns realçam as mudanças nas circunstâncias, outros destacam o significado mais profundo e, portanto, a relevância de conceitos que superficialmente já não parecem ser relevantes.” (Ibid.: 17).

Camic e Gross (cf. 1998) partilham a ideia de Turner de que a teoria social é um “campo amadurecido” (*mature field*) [Turner, 2004: 17] e autónomo. Os autores identificam um conjunto de “projetos intelectuais” cujo desenvolvimento se afigura como uma das tarefas mais importantes para os sociólogos: i) síntese de múltiplas abordagens teóricas; ii) refinamento dos programas de investigação atuais; iii) promoção do diálogo entre diferentes perspetivas teóricas; iv) expansão e reconstrução conceptual, metodológica, social e política das abordagens teóricas atuais; v) análise de ideias e teorias do passado; vi) diagnóstico das condições sociais contemporâneas (cf. Camic & Gross, 1998).

A produção de teoria é uma tarefa particularmente urgente no contexto da Sociologia Económica (cf. Swedberg, 2006). Na década de 1950, a escola Polanyiana já definia como prioridade para a disciplina “o estabelecimento de uma teoria da organização e do desenvolvimento económico genericamente relevante” (Pearson, 1957: 307). Na sua ótica, os dados, as estatísticas e os estudos empíricos eram abundantes; não obstante, faltava uma abordagem teórica útil, capaz de organizar e dar sentido às inúmeras referências descritivas da realidade.

Ora, volvidos quase 60 anos, não se pode dizer que a situação tenha mudado substancialmente. A Nova Sociologia Económica (NSE), surgida em meados da década de 1980 (cf. Machado, 2010), tem revelado imensas dificuldades em ir mais além da apropriação (seletiva) do conceito de incrustação (*embeddedness*) e da noção de redes sociais propostas no artigo seminal de Mark Granovetter (cf. 1985). A NSE caracteriza-se precisamente pelo facto de não possuir um núcleo básico de ideias e conceitos, conjugados e trabalhados ao longo de um período de tempo alargado (cf. Swedberg, 2006). Em suma, falta à NSE uma teoria macrossocial capaz de explicar adequadamente a sociedade capitalista. Como referi na introdução, creio que a Nova Crítica do Valor poderá dar um contributo decisivo a este respeito.

#### **4.3 – Em defesa da Teoria Crítica, ou o capitalismo como metafísica real**

Historicamente, a importância fulcral e a *autonomia* da teoria social – nomeadamente, de uma teoria *crítica* – foram defendidas, contra o culto positivista dos “fatos”, sobretudo pela Escola de Frankfurt (cf. Adorno, 2008/1965-66: 47ss; Horkheimer, 2002/1937). Como refere Marcuse,

“as estatísticas, medições e estudos de caso da sociologia empírica (...) não são suficientemente racionais. Eles tornam-se misticadores na medida em que são

isolados do verdadeiro contexto concreto que produz os factos e determina a sua função. Este contexto é mais abrangente que as fábricas e oficinas investigadas, que as vilas e cidades estudadas, que as áreas e grupos cuja opinião pública é inquirida ou cuja esperança de vida é calculada. E é também mais real no sentido em que cria e determina os factos investigados, inquiridos e calculados. Este contexto real mediante o qual os objetos particulares obtêm o seu sentido real é definível apenas no âmbito de uma teoria da sociedade. Pois os fatores dos fatos não são dados passíveis de observação, medição e interrogação imediatas. Eles tornam-se dados apenas através de uma análise que é capaz de identificar a estrutura que integra as partes e os processos da sociedade e que determina a sua inter-relação. Dizer que este meta-contexto é a Sociedade (com «S» maiúsculo) significa hipostasiar o todo para além e acima das partes. Mas esta hipostasiação acontece na realidade, é a realidade, e a análise apenas pode superá-la mediante o seu reconhecimento e mediante a compreensão do seu âmbito e das suas causas. A sociedade é de fato o todo que exerce o seu poder independente sobre os indivíduos (...). O seu núcleo duro é constituído pelo sistema de instituições, que são as relações estabelecidas e congeladas (*frozen*) entre os homens. A abstração em relação às mesmas falsifica as medições, questionários e cálculos – mas falsifica-os de um modo que não é visível nas medições, questionários e cálculos e que, portanto, não entra em conflito com eles e não os afeta. Eles retêm a sua exatidão, e são mistificadores na sua própria exatidão.” (Marcuse, 2007/1964: 195)

O que ressalta das palavras de Marcuse é a absoluta excecionalidade do capitalismo enquanto objeto de investigação. Neste sentido, o método de investigação não pode ser isolado do objeto de estudo (cf. Adorno, 2009/1966). Por outras palavras, é o objeto que deve determinar a metodologia a ser utilizada. E como já mencionei, a sociedade capitalista constitui uma realidade de estudo *sui generis*.

Por muito que isto choque o senso comum ou a “cientificidade” das ciências sociais, é possível – e arriscar-me-ia a dizer que é a única maneira possível – descrever a realidade capitalista através do desdobramento e desenvolvimento dialético dos seus “conceitos”, i.e., sem o recurso a uma análise “empírica”, pois eles não são somente conceitos ou categorias mentais, mas expressam simultaneamente categorias sociais realmente existentes: trata-se de verdadeiras “entidades escolásticas” (Colletti, 1979/1969) ou “abstrações reais” (Sohn-Rethel, 1978/1970).

Como é sabido, um conceito é uma generalização mental que abstrai das características específicas da entidade que representa/subsume. Assim, por exemplo, o conceito de “árvore” elimina aquilo que diferencia – as suas especificidades – uma macieira de uma laranjeira ou de uma pereira. Todavia, não existe na realidade *a* árvore enquanto tal, a incarnação individual de todas as árvores.

Ora, as categorias capitalistas – na qualidade de abstrações reais – são uma coisa paradoxal e contraditória: elas não são meramente generalizações mentais, mas existem *de facto*. O trabalho, a mercadoria e o valor constituem um “realismo dos universais”, uma “substantivação do abstrato” (cf. Colletti, 1979/1969). Elas funcionam *realmente* como conceitos: traduzem o domínio de uma *forma* abstrata sobre todos os conteúdos sensíveis. Adorno designa este domínio por “princípio da identidade” (cf. Adorno, 2009/1966).

Por exemplo, sob o capitalismo, todos os trabalhos particulares – do pedreiro, do investigador, do carpinteiro, etc. – são equiparados e reduzidos *efetivamente* à sua substância comum de serem trabalho “*sans phrase*” (Marx). Marx exprime a questão da seguinte forma:

*“ser trabalho humano é a sua verdadeira essência; ser o trabalho do alfaiate é apenas a forma fenoménica ou determinada assumida por esta essência na sua realização. Este quid pro quo é inevitável, uma vez que o trabalho representado no produto do trabalho cria valor apenas na medida em que é trabalho humano indiferenciado. (...) Esta inversão total, que significa que o concreto-sensível conta apenas enquanto forma fenoménica do universal-abstracto, e não o contrário, [i.e.,] o universal-abstracto enquanto propriedade do concreto, caracteriza a expressão do valor. É isto que torna a sua compreensão difícil.”* (Marx apud Colletti, 1979/1969: 281-282, itálico no original)

O dinheiro, enquanto “mercadoria universal”, é outra categoria capitalista que ilustra taxativamente esta realidade paradoxal. Marx faz uma analogia bastante elucidativa a esse respeito: “É como se ao lado e independentemente dos leões, dos tigres, dos coelhos e de todos os outros animais reais (...) existisse também *o animal*, a incarnação individual de todo o reino animal” (Marx, 1976/1867, itálico no original).

É esta natureza *realmente conceptual* do capitalismo que torna a discussão teórica e, em particular, a dialética, o método mais adequado para apreender a lógica do capitalismo na sua plenitude. Veja-se mais um exemplo: a categoria capitalista aparentemente mais simples, a mercadoria, permite-nos, enquanto unidade contraditória entre valor de uso e valor, aferir o princípio social fetichista comum *a toda* a produção capitalista (de sapatos, de computadores, etc.). O corpo sensível da mercadoria (valor de uso) existe apenas enquanto suporte de uma entidade suprassensível – mas real – o valor, que constitui o verdadeiro objetivo da produção capitalista. Ademais, a metamorfose sucessiva do capital em mercadoria e dinheiro é um processo fetichista comum *a toda* a produção capitalista.

Neste contexto, os fatos empíricos, imediatamente observáveis, “não são os elementos últimos aos quais se pudesse reportar a vida social e económica; bem pelo contrário, são formas derivadas, consequências de uma outra coisa que está «por trás» delas – a lógica do valor” (Jappe, 2006: 85). A sociedade capitalista é portanto uma “sociedade fetichista, baseada na inversão da relação entre o concreto e o abstrato, entre o homem e os seus meios, entre sujeito e objeto” (Ibid., itálico nosso). Como refere Jappe,

“o método dialético demonstra a génese dos seus objetos de investigação na medida em que determina o seu «conceito». (...) Marx, fiel à exigência de unidade entre o método e o conteúdo, descreve ao mesmo tempo o traço específico da sociedade mercantil, na qual são categorias abstratas que constituem o *prius*, o momento primeiro, da vida social, enquanto os homens e os respetivos atos conscientes não são senão os executores dessas categorias.” (Ibid.: 89)

Neste sentido,

“Marx privilegia a exposição conceptual da lógica da mercadoria (...) [pois] um dos traços distintivos da sociedade capitalista reside no facto de ela ter uma natureza «conceptual»: a abstração, incarnada no dinheiro, não deriva do concreto, antes o domina. A forma torna-se independente do conteúdo e tenta desembaraçar-se dele completamente. A análise «conceptual» que Marx leva a cabo não foi minimamente compreendida e constitui objeto de muitos ataques; ela é, porém, a descrição mais adequada que alguma vez foi dada dessa dominação da forma sobre o conteúdo. Deduzir todo o capitalismo a partir da estrutura da mercadoria e da necessidade que o trabalho privado tem de se representar como trabalho social não é um procedimento «filosófico» que pudesse ser substituído por outros procedimentos porventura mais «potentes». Trata-se antes de um procedimento que reproduz a *verdadeira estrutura* da sociedade mercantil desenvolvida.” (Ibid.: 173-174, itálico no original)

O que há de singular na sociedade produtora de mercadorias da modernidade é precisamente o facto de ela possuir uma estrutura “metafísica” (Ibid.: 177). Na ótica de Marx, “o trabalho abstrato corresponde ao conceito hegeliano”. Nele, o conceito e a abstração ganham vida e uma forma pura triunfa sobre todo o conteúdo sensível: “Algo de puramente formal, completamente destituído de conteúdo, (...) submete aqui a realidade em toda a sua extensão” (Ibid.: 178).

Pode-se concluir que natureza *sui generis* do objeto de estudo – a sociedade capitalista – impõe um método de análise igualmente excecional, pois “*enquanto descrição do capitalismo*, é precisamente a descrição «metafísica», conceptual, que é a correta” (Ibid.: 177). A crítica Marxiana do fetichismo da mercadoria é “uma crítica das hipóstases *reais* e da reificação *efetiva* de algo completamente abstrato: o valor”. Deste modo, “deduzir a realidade efetiva do capitalismo a partir do seu «conceito» não é «idealismo», mas sim um procedimento que corresponde à natureza do objeto de análise” (Ibid.: 179).

## 5 – Cronograma

	2014		2015				2016				2017			
	3° T	4° T	1° T	2° T	3° T	4° T	1° T	2° T	3° T	4° T	1° T	2° T	3° T	4° T
Objetivo 1	■													
Objetivo 2		■												
Objetivo 3			■											
Objetivo 4				■	■									
Objetivo 5						■	■							
Objetivo 6								■	■					
Objetivo 7										■	■			
Objetivo 8												■	■	

**Duração: 39 meses.**

## 6 - Referências Bibliográficas

- Adorno, Theodor W. (2008/1965-66), *Lectures on Negative Dialectics*. Cambridge e Malden: Polity Press.
- Adorno, Theodor W. (2009/1966), *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Anderson, Perry (1974), *Passages from Antiquity to Feudalism*. Londres: New Left Books.
- Anderson, Perry (1976), *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. Porto: Edições Afrontamento
- Anderson, Perry (1998), *The Origins of Postmodernity*. Londres: Verso.
- Arendt, Hannah (1998/1958), *The Human Condition*. Chicago: The University of Chicago Press. 2ª Ed.
- Arthur, Christopher J. (2004), *The New Dialectic and Marx's Capital*. Leiden e Boston: Brill.
- Artous, Antoine (2003), *Travail et Émancipation Sociale – Marx et le travail*. Paris : Éditions Syllepse.
- Artous, Antoine (2006), *Le Fétichisme chez Marx – Le marxisme comme théorie critique*. Paris : Éditions Syllepse.
- Aznar, Guy (1990), *Le travail c'est fini (à plein temps, toute la vie, pour tout le monde) et c'est une bonne nouvelle!* Paris: Editions Belfond.
- Backhaus, Hans Georg (1980/1969), "On the Dialectics of the Value-Form", in *Thesis Eleven*, Vol. 1, No. 1, pp. 99-120
- Basso, Pietro (2003), *Modern Times, Ancient Hours – Working Lives in the Twenty-first Century*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Baudrillard, Jean (1975), *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70.
- Bell, Daniel (1973), *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Editora Cultrix.
- Bianchi, Marina (1981), *A Teoria do Valor – Dos Clássicos a Marx*. Lisboa: Edições 70.
- Biernacki, Richard (1995), *The Fabrication of Labor: Germany and Britain, 1640-1914*. Berkeley: University of California Press.
- Bischoff, Manfred (1995), "L'humanité a-t-elle toujours «travaillé?»", in *Théologiques*, 3 (2), pp. 45-69.
- Bloch, Marc (1979), *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70.
- Bowring, Finn (2000), *André Gorz and the Sartrean Legacy – Arguments for a Person-Centred Social Theory*. Londres: Macmillan e Nova Iorque: St. Martin's Press.
- Brynjolfsson, Erik & McAfee, Andrew (2014), *The Second Machine Age – Work, Progress, and Prosperity in a Time of Brilliant Technologies*. Nova Iorque: W.W. Norton & Company.
- Camatte, Jacques (1988/1966), *Capital and Community – The results of the immediate process of production and the economic work of Marx*. Londres: Unpopular Books.
- Camic, Charles & Gross, Neil (1998), "Contemporary Developments in Sociological Theory: Current Projects and Conditions of Possibility", in *Annual Review of Sociology*, Vol. 24, pp. 453-476.
- Camic, Charles & Gross, Neil (2002), "Alvin Gouldner and the Sociology of Ideas: Lessons from «Enter Plato»", in *The Sociological Quarterly*, Vol. 43, No. 1, pp. 97-110.
- Camic, Charles & Gross, Neil (2004), "The New Sociology of Ideas", in Blau, Judith R. (Org.), *The Blackwell Companion to Sociology*. Malden, Oxford & Carlton: Blackwell Publishing, pp. 236-249. 2ª Ed.
- Castel, Robert (2003), *L'insécurité sociale – Qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Éditions du Seuil.
- Castells, Manuel (2007), *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 3ª Ed.
- Clastres, Pierre (1989), *Society Against the State*. Nova Iorque: Zone Books.
- Colletti, Lucio (1974/1969)], "Bernstein and the Marxism of the Second International", in Colletti, Lucio, *From Rousseau to Lenin: Studies in Ideology and Society*. Nova Iorque: Monthly Review Press, pp. 45-108
- Colletti, Lucio (1979/1969), *Marxism and Hegel*. Londres: Verso.

- De Grazia, Sebastian (1994/1962), *Of Time, Work and Leisure*. Nova Iorque: Vintage Books.
- De Masi, Domenico (2000), *O Futuro do Trabalho – Fadiga e Ócio na Sociedade Pós-Industrial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora/ Brasília: Editora UnB. 5ª Ed.
- Debord, Guy (2005/1967), *A Sociedade do Espectáculo*. Lisboa: Edições Antipáticas.
- Dussel, Enrique (1985), *La Producción Teórica de Marx – Un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo XXI.
- Dussel, Enrique (1988), *Hacia un Marx desconocido – Un comentario a los Manuscritos del 61-63*. México: Siglo XXI.
- Dussel, Enrique (1990), *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana – Un comentario a la tercera y cuarta redacción de “El Capital”*. México: Siglo XXI.
- Eurostat (2014), “Euro area unemployment rate at 11,7%”, *Eurostat News Release – Euro indicators*, 83/2014. Disponível em: [http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY\\_PUBLIC/3-03062014-BP/EN/3-03062014-BP-EN.PDF](http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3-03062014-BP/EN/3-03062014-BP-EN.PDF). Acesso em 23/06/2014.
- Finley, Moses (1980), *A Economia Antiga*. Porto: Edições Afrontamento.
- Forrester, Viviane (2001), *El Horror Económico*. México: Fondo de Cultura Económica. 2ª Ed.
- Frey, Carl Benedikt & Osborne, Michael A. (2013), “The Future of Employment: How Susceptible are Jobs to Computerisation?”. Disponível em: [http://www.futuretech.ox.ac.uk/sites/futuretech.ox.ac.uk/files/The\\_Future\\_of\\_Employment\\_OMS\\_Working\\_Paper\\_0.pdf](http://www.futuretech.ox.ac.uk/sites/futuretech.ox.ac.uk/files/The_Future_of_Employment_OMS_Working_Paper_0.pdf). Acesso em 10/06/2014.
- Gollain, Françoise (2000), *Une critique du travail: entre écologie et socialisme*. Paris: Éditions La Découverte.
- Gordon, Peter E. (2012), “What is Intellectual History? – A frankly partisan introduction to a frequently misunderstood field”. *The Harvard Colloquium for Intellectual History*. Disponível em: [http://history.fas.harvard.edu/people/faculty/documents/What%20is\\_Intell\\_History%20PGordon%20Mar2012.pdf](http://history.fas.harvard.edu/people/faculty/documents/What%20is_Intell_History%20PGordon%20Mar2012.pdf). Acesso em 07/04/2014.
- Gorender, Jacob (1997), “Globalização, tecnologia e relações de trabalho”, in *Estudos Avançados*, 11 (29), pp. 311-361.
- Gorz, André (1982), *Farewell to the Working Class – An essay on Post-Industrial Socialism*. Londres e Sydney: Pluto Press.
- Gorz, André (1985), *Paths to Paradise – On the Liberation from Work*. Londres e Sydney: Pluto Press.
- Gorz, André (1989), *Critique of Economic Reason*. Londres e Nova Iorque: Verso.
- Graça, João Carlos (2005), “Afinal, o que é mesmo a Nova Sociologia Económica?”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 73, 111-129
- Granovetter, Mark (1985), “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”, in *The American Journal of Sociology*, 28 (2), pp. 481-510.
- Grupo de Lisboa, (2002), *Limites à Competição*. Mem Martins: Publicações Europa-América. 3ª Ed.
- Gurevich, A. J. (1985), *Categories of Medieval Culture*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Heilbroner, Robert e Milberg, William (2012), *The Making of the Economic Society*. Upper Saddle River: Pearson. 13ª Ed.
- Heinrich, Michael (2012), *An Introduction to the Three Volumes of Karl Marx’s Capital*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- Horkheimer, Max (2002/1937), “Traditional and Critical Theory”, in Horkheimer, Max, *Critical Theory – Selected Essays*. Nova Iorque: Continuum, pp. 188-243.
- Horkheimer, Max (2004/1947), *Eclipse of Reason*. Londres e Nova Iorque: Continuum.
- Horkheimer, Max & Adorno, Theodor W. (2002/1944), *Dialectic of Enlightenment – Philosophical Fragments*. Stanford: Stanford University Press.
- Hobsbawm, Eric (1995), *The Age of Capital, 1848-1875*. Londres: Abacus
- INE (2013), *Estatísticas do Emprego 2013 – 1º Trimestre*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

- INE (2014), *Estatísticas do Emprego 2014 – 1º Trimestre*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Jay, Martin (1984), *Marxism and Totality – The Adventures of a Concept from Lukács to Habermas*. Berkeley: University of California Press
- Jappe, Anselm (2006), *As Aventuras da Mercadoria – Para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona.
- Jappe, Anselm (2008), *Guy Debord*. Lisboa: Antígona.
- Keynes, John Maynard (1999/1930), “Perspetivas económicas para os nossos netos”, in De Masi, Domenico, *Desenvolvimento sem Trabalho*. São Paulo: Editora Esfera, pp. 89-103.
- Kovács, Ilona (2002), *As Metamorfoses do Emprego – Ilusões e Problemas da Sociedade da Informação*. Oeiras: Celta.
- Krahl, Hans Jürgen (1978/1971), *Costituzione e Lotta di Classe*. Milão: Jaca Book. 2ª Ed.
- Kuhn, Thomas (1992), *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Kurz, Robert (1991), “A Honra Perdida do Trabalho – O socialismo dos produtores como impossibilidade lógica”, in *Krisis*, No. 10. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz109.htm>. Acesso em 17/05/2013
- Kurz, Robert (1993), “Dominação sem Sujeito – Sobre a superação de uma crítica social redutora”, in *Krisis*, No. 13. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz86.htm>. Acesso em 17/05/2013.
- Kurz, Robert (1994), “O Fim da Política – Teses sobre a crise do sistema de regulação da forma da mercadoria”, in *Krisis*, No. 14. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz105.htm>. Acesso em 17/06/2014.
- Kurz, Robert (1995), “A Ascensão do Dinheiro aos Céus – Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global”, in *Krisis*, No. 16/17. Disponível em <http://o-beco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>. Acesso em 13/05/2013.
- Kurz, Robert (1999/1991), *O Colapso da Modernização – Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra. 5ª Ed.
- Kurz, Robert (2002), “Razão Sangrenta – 20 teses contra o chamado Iluminismo e os «Valores Ocidentais»”, in *Krisis*, No. 25. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz103.htm>. Acesso em 16/03/2014.
- Kurz, Robert Kurz (2003a), “As Perfídias do Capital Financeiro – Limites internos da acumulação, crítica reduzida do capitalismo e síndrome anti-semita”, in *Streifzüge*, No. 3. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz159.htm>. Acesso em 17/06/2014.
- Kurz, Robert (2003b), “Ontologia Negativa – As eminências pardas do Iluminismo e a metafísica histórica da Modernidade”, in *Krisis*, No. 26. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz115.htm>. Acesso em 16/03/2014.
- Kurz, Robert (2003c), “Tabula Rasa – Até onde é desejável, obrigatório ou lícito que vá a crítica ao Iluminismo?”, in *Krisis*, No. 27. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz153.htm>. Acesso em 16/03/2014.
- Kurz, Robert (2004), “A Substância do Capital – O trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da valorização. Primeira Parte: A qualidade histórico-social negativa da abstracção trabalho”, in *EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft*, 1. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz203.htm>. Acesso em 17/05/2013. Acesso em 13/05/2014.
- Kurz, Robert (2010), *Razão Sangrenta – Ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. São Paulo: Hedra.
- Kurz, Rober (2014a), *Dinheiro Sem Valor – Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política*. Lisboa: Antígona.
- Kurz, Robert (2014b/1986), “The Crisis of Exchange-Value: Science as Productive Force, Productive Labor, and Capitalist Reproduction”, in Larsen, Neil; Nilges, Mathias; Robinson, Josh; Brown, Nicholas (Orgs.), *Marxism and the Critique of Value*. Chicago e Alberta: MCM? Publishing, pp. 17-75.



- Lamas, Bruno (2011), “Apresentação do ensaio «O Valor é o Homem» de Roswitha Scholz e da teoria da dissociação-valor”. Disponível em: <http://o-beco.planetaclix.pt/bruno-lamas.htm>. Acesso em: 17/06/2014.
- Le Goff, Jacques (1980), *Time, Work & Culture in the Middle Ages*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Leontief, Wassily (1986), *Input-Output Economics*. Oxford: Oxford University Press. 2ª Ed.
- Little, Adrian (2013/1996), *The Political Thought of André Gorz*. Nova Iorque: Routledge. 2ª Ed.
- Lodziak, Conrad & Tatman, Jeremy (1997), *André Gorz – A Critical Introduction*. Londres e Chicago: Pluto Press.
- Lovejoy, Arthur O. (2001/1936), *The Great Chain of Being*. Cambridge e Londres: Harvard University Press. 22ª Ed.
- Lovejoy, Arthur O. (1938), “The Historiography of Ideas”, in *Proceedings of the American Philosophical Society*, Vol. 78, No. 4, pp. 529-543.
- Lukács, Georg (1972/1923), *History and Class Consciousness – Studies in Marxist Dialectics*. Cambridge: MIT Press.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2010), “Karl Polanyi e a Nova Sociologia Económica: Notas sobre o conceito de *(dis)embeddedness*”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 90, pp. 71-94.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2013), “O Dinheiro do Espírito e o Deus das Mercadorias – A abstração real segundo Sohn-Rethel”, in *Sinal de Menos*, No. 9, pp. 187-224.
- Machado, Nuno Miguel Cardoso (2014), “Da Metafísica do Capital: Revisitando Lucio Colletti”, in *Sinal de Menos*, No. 10, pp. 28-68.
- Marcuse, Herbert (1955/1941), *Reason and Revolution – Hegel and the Rise of Social Theory*. Londres: Routledge and Kegan Paul Ltd. 2ª Ed.
- Marcuse, Herbert (2006/1956), *Eros and Civilization – A Philosophical Inquiry into Freud*. Londres: Routledge.
- Marcuse, Herbert (2007/1964), *One-Dimensional Man – Studies in the ideology of advanced industrial society*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Marx, Karl (1976/1867), “The Commodity” [1º capítulo da 1ª Ed. Alemã de *O Capital*], in Dragstedt, Albert (Org.), *Value: Studies by Karl Marx*. Londres: New Park Publications. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/commodity.htm>. Acesso em 21/06/2014.
- Marx, Karl (1980a/1861), *Teorías Sobre La Plusvalía I – Tomo IV de El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, Karl (1980b/1861), *Teorías Sobre La Plusvalía II – Tomo IV de El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, Karl (1980c/1861), *Teorías Sobre La Plusvalía III – Tomo IV de El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Marx, Karl (1985/1885), *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro Segundo. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Marx, Karl (1986a/1894), *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro Terceiro, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Marx, Karl (1986b/1894), *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro Terceiro, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Marx, Karl (1990/1867), *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro Primeiro, Tomo I. Lisboa: Edições Avante!
- Marx, Karl (1996a/1867), *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Tomo 1. São Paulo: Editora Nova Cultural.
- Marx, Karl (1996b/1867), *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Editora Nova Cultural.

- Marx, Karl (2011/1857-58), *Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. Esboços da Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Masuda, Yoneji (1981), *The Information Society as Post-Industrial Society*. Bethesda: World Futures Society.
- Mauss, Marcel (2003), *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Mèda, Dominique (1998), *Le Travail – Une valeur en voie de disparition*. Paris: Champs Flammarion
- Neumann, Alex (2010), *Conscience de Casse – La sociologie critique de l’Ecole de Francfort*. Paris: Variations Hors-Série.
- OCDE (2014), “OECD Harmonised Unemployment Rates. News Release: April 2014” Disponível em: <http://www.oecd.org/std/labour-stats/HUR-June14.pdf>. Acesso em 23/06/2014.
- Pearson, Harry (1957), “Parsons and Smelser on the Economy”, in Polanyi, Karl; Arensberg, Conrad; Pearson, Harry (eds.), *Trade and Market in the Early Empires*. Chicago: Henry Regnery, pp. 307-319.
- Pereira da Silva, Josué (2002), *André Gorz – Trabalho e Política*. São Paulo: Annablume.
- Perlman, Fredy (1968), “Introduction: Commodity Fetishism”, in Rubin, Isaak Illich (1990/1928), *Essays on Marx’s Theory of Value*. Montréal e Nova Iorque: Black Rose Books, pp. ix-xxxviii.
- Perlman, Fredy (1992/1969), “The Reproduction of Daily Life”, in Perman, Fredy, *Anything Can Happen*. Londres: Phoenix Press, pp. 31-49.
- Pilling, Geoff (1980), *Marx’s Capital: Philosophy and Political Economy*. Boston: Routledge & Kegan Paul.
- Polanyi, Karl (2000), *A Grande Transformação – As Origens da Nossa Época*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- Postone, Moishe (1978), “Necessity, Labor and Time: A Reinterpretation of the Marxian Critique of Capitalism”, in *Social Research*, Vol. 45, No. 4, pp. 739-788.
- Postone, Moishe (1986), “Anti-Semitism and National Socialism”, in Rabinbach, Anson & Zipes, Jack (eds.), *Germans and Jews since the Holocaust – The Changing Situation in West Germany*. Nova Iorque: Homes and Meier.
- Postone, Moishe (1999), “Contemporary Historical Transformations: Beyond Postindustrial Theory and Neo-Marxism”, in *Current Perspectives in Social Theory*, Vol. 19, pp. 3-53.
- Postone, Moishe (2003/1993), *Time, Labor, and Social Domination: A Reinterpretation of Marx’s Critical Theory*. Nova Iorque & Cambridge: Cambridge University Press. 2ª ed.
- Postone, Moishe (2012a), “Para una Teoría Crítica del Presente: En Conversación com Moishe Postone sobre las Nuevas Lecturas de Marx, la Crisis y el Antisemitismo”, in *Constelaciones – Revista de Teoría Crítica*, No. 4, pp. 376-403.
- Regatieri, Ricardo Pagliuso (2012), *Negatividade e Ruptura – Configurações da Crítica de Robert Kurz*. São Paulo: Annablume.
- Reichelt, Helmut (2013/1968), *Sobre a Estrutura Lógica do Conceito de Capital em Karl Marx*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Rifkin, Jeremy (1995), *The End of Work – The Decline of the Global Labor Force and the Dawn of the Post-Market Era*. Nova Iorque: Tarcher/Putnam.
- Rifkin, Jeremy (2011), *The Third Industrial Revolution – How Lateral Power is Transforming Energy, the Economy, and the World*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan
- Rosdolsky, Roman (2001/1968), *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora.
- Rubin, Isaak Illich (1990/1928), *Essays on Marx’s Theory of Value*. Montréal e Nova Iorque: Black Rose Books. 4ª ed.
- Sahlins, Marshall (2004), *Stone Age Economics*. Londres: Routledge.

- Scholz, Roswitha (1996/1992), “O Valor é o Homem – Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”, in *Novos Estudos*, No. 45, pp.15-36.
- Sennett, Richard (2007), *A Corrosão do Carácter – As consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar. 2ª Ed.
- Shortall, Felton C. (1994), *The Incomplete Marx*. Aldershot: Avebury.
- Skinner, Quentin (1969), “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, in *History and Theory*, Vol. 8, No. 1, pp. 3-53.
- Smith, David N. & Evans, Phil (1982), *Marx’s Kapital for Beginners*. Nova Iorque: Pantheon Books.
- Smith, Tony (1990), *The Logic of Marx’s Capital – Replies to Hegelian Criticisms*. Albany: State University of New York Press.
- Sohn-Rethel, Alfred (1978/1970), *Intellectual and Manual Labour – A Critique of Epistemology*. Londres: The Macmillan Press Ltd.
- Southgate, Beverley (2003), “Intellectual history/history of ideas”, in Berger, Stefan; Feldner, Heiko & Passmore, Kevin (Orgs.), *Writing History – Theory and Practice*. Londres: Hodder Arnold, pp. 243-260.
- Swedberg, Richard (2006), “The Toolkit of Economic Sociology”, *SOCIUS Working Papers*, No. 4/2006.
- Thompson, E.P. (1966), *The Making of the English Working Class*. Nova Iorque: Vintage Books.
- Topalov, Christian (2000), “Institucionalización del desempleo y formación de las normas de empleo. Las experiencias francesa y británica (1911-1939)”, in *Política y Sociedad*, No. 34, pp. 33-47.
- Topalov, Christian (2001), “A revolution in representations of work: the emergence over the 19th century of the statistical category «occupied population» in France, Great Britain, and the United States”, in *Revue Française de Sociologie*, Vol. 42, No. 1, pp. 79-106.
- Touraine, Alain (1971), *The Post-Industrial Society*. Nova Iorque: Random House.
- Turner, Stephen (2004), “The Maturity of Social Theory”, in Camic, Charles & Joas, Hans (Orgs.), *The Dialogical Turn: New Roles for Sociology in the Postdisciplinary Age*. Lanham: Rowman and Littlefield. Disponível em: <http://faculty.cas.usf.edu/sturner5/Papers/Social%20Theory%20Papers/47WebMaturityOfSocThry.pdf>. Acesso em 25/05/2014.
- Vaneigem, Raoul (1974/1967), *A Arte de Viver para a Geração Nova*. Porto: Edições Afrontamento.
- Vernant, Jean-Pierre (2006), *Myth and Thought among the Greeks*. Nova Iorque: Zone Books.
- Vincent, Jean-Marie (1977), “La domination du travail abstrait”, in *Critiques de l’économie politique*, nouvelle série, No. 1, pp. 19-49.
- Vincent, Jean-Marie (1987), *Critique du Travail – Le faire et l’agir*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Vincent, Jean-Marie (1993), “Libérer la production, mais aussi se libérer de la production”, in *Critique Communiste*, No. 136.
- Vincent, Jean-Marie (2001), *Un Autre Marx – Après les marxismes*. Lausanne: Editions Page Deux.
- Wayne, Michael (2012), *Marx’s Das Kapital for Beginners*. Hanover: Steerforth Press.
- Weber, Max (1996), *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Lisboa: Presença. 4ª Ed.